



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 4 DE SETEMBRO DE 2023

Ata n.º 23

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de vinte e quatro de agosto e aditamento de trinta e um de agosto, sendo a Mesa Composta por: -----

Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----

Primeiro Secretário (em substituição): Luis Matias Afonso; -----

Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila-Nova; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação e deliberação das atas de 23-06-2023 e 10-07-2023; -----

PONTO DOIS: Tomada de conhecimento dos Apoios concedidos às Juntas de Freguesia do concelho; -----

PONTO TRÊS: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e um substituto, também Presidente de Junta de Freguesia, em representação de todas as freguesias deste Município, para a participação no XXVI Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de transferência de competências para as autarquias e CI-AMAL na área da Educação; -----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de transferência de competências para as autarquias e CI-AMAL na área da Saúde; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de transferência de competências para as autarquias e CI-AMAL na área da Ação Social; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à repartição de encargos da proposta de abertura do procedimento e período de candidatura para atribuição de bolsas de estudo do ensino superior para o ano letivo 2023/2024; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à repartição de encargos do Concurso Público para Fornecimento de iluminação decorativa de Natal, em regime de aluguer 2023-2025, pelo valor base de 297.000,00€ + IVA; -----



PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à repartição de encargos do Procedimento por Consulta Prévia para Fornecimento Contínuo de Combustíveis Rodoviários, em postos de abastecimento públicos e a granel, em Portugal Continental e remodelação do posto de abastecimento;

PONTO DEZ: Apreciação e discussão do requerimento apresentado pelo Deputado Leonardo Paço; -----

PONTO ONZE: Retificação da Declaração de Utilidade Pública Municipal do Parque Zoomarine. -----

PRESENCAS: Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Raúl Manuel Soares Ferreira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Helena Maria Palhota Dias Simões, Domingos Manuel Martins Coelho, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Carlos Duarte Vieira Gabriel, André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da freguesia da Guia - Dinis Nascimento e de Paderne - João Ruaça. -----

Faltas: Cláudia Sofia Pais Raimundo. -----

Substituições: Face ao pedido de substituição apresentado pelo membro e devidamente justificado, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Carlos Gabriel. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Cristiano José da Ponte Cabrita, Desidério Jorge da Silva, Victor de Oliveira Ferraz, Cláudia Cristina Dias Guedelha e António Abel Zua Coelho. -----

Havendo quórum (**vinte e quatro presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube. -----

Presidente da Assembleia: "Neste momento temos vinte e quatro elementos, ainda não está substituído o senhor Carlos Vieira que pediu a renúncia, posteriormente irei ler o documento de renúncia." -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----



Fernando Serpa: “Boa noite, o que me traz cá é sobre o alojamento local, não vou repetir o que disse há um mês atrás, e estou a ver que isto é um diálogo de surdos entre a mesa e nós, daí que vou apenas limitar-me a uma pequena intervenção, mas penso que tem algum significado. Na serra, na parte de Messines acredito sempre na segunda oportunidade. Aquilo que queria pedir encarecidamente ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, ilustre militante e deputado, por acaso do meu partido, eu não nego as minhas origens, gostava que desta vez, contrariamente á anterior me representasse condignamente na Assembleia da República. É o desafio que lhe faço, tem aqui uma oportunidade única de inverter a sua posição e como segunda oportunidade da sua vida política que leve bem presente o sentido das pessoas que estão aqui presentes e que de alguma forma defendem o alojamento local em Albufeira e no nosso Algarve. Como já disse na outra vez, sou da serra e todo o dinheiro de uma vida investi em Albufeira, e não estou para ser agora contrariado e empobrecido por medidas que não têm qualquer nexo. Isto é muito importante, porque já estou a ver algumas movimentações político-partidárias nas próximas eleições autárquicas, por isso aquilo que for decidido nesta Assembleia da República, não tenha qualquer dúvida que isso tem consequências daqui a dois anos. Por isso, agarre a oportunidade que lhe é dada e vote a favor do alojamento local no país. Obrigado.” -----

Daniel Franco: “Boa noite a todos, venho em representação do partido Iniciativa Liberal, o núcleo territorial de Albufeira e temos umas questões, principalmente ao senhor Presidente da Câmara e à digníssima Assembleia. Foi assinado um acordo entre o governo e a Associação dos Municípios Portugueses no dia vinte e dois de julho de dois mil e vinte e dois, onde foi estipulado que haveria uma intervenção do governo na requalificação de pelo menos três escolas em Albufeira, a escola básica de Ferreiras, a escola secundária de Albufeira e a escola básica dois, três Dr. Francisco Cabrita, neste sentido queremos perguntar, tivemos conhecimento que a CCDR, abriu um aviso para requalificação das escolas, inserido no âmbito do PRR, e temos conhecimento que só o município de Faro é que aderiu a esses fundos comunitários. Queria saber se é verdade, se Albufeira não se candidatou a nenhum subsídio, a nenhum fundo para requalificar essas três escolas de Albufeira? Se não o fez, porquê que não o fez? Queríamos saber quando vão ser realizadas essas obras, que estão contempladas nesse acordo, e como vão ser financiadas? Se vai ser com fundos do governo, como diz o acordo, ou se Albufeira terá que investir alguma coisa? O que não é normal porque se



houve um acordo, não teria de fazer essas despesas. Também gostaríamos de saber se houve algum levantamento dessas necessidades nessas três escolas, repito, a escola básica de Ferreiras, escola Dr. Francisco Cabrita e a escola secundária de Albufeira, daquilo que tem de ser feito para requalificar as escolas e já agora se foi quantificado o valor desses investimentos? Também queríamos deixar aqui à Assembleia Municipal que houvesse uma intervenção da nossa Assembleia, no sentido de o governo efetuar todas as diligências possíveis para que cumpra o programa que foi assinado no dia vinte e dois de julho do ano passado e que aponte responsabilidades ao governo para que devido à transição para a Câmara das escolas, seja respeitado aquilo que foi acordado. Reforçar, em relação às referidas escolas que estão em qualificações de intervenções prioritárias e urgentes, então convinha ser um processo com a maior celeridade." -----

André Baggio: "Boa noite a todos, eu queria dar um depoimento em defesa do alojamento local. Sou italiano, crescido no Brasil, em primeiro lugar parabéns pela cidade, apaixonei-me por Albufeira e resolvi comprar uma casa e investir, uma segunda casa para alojamento local. A minha história é simples, comprei a casa a um outro turista que usava a casa quinze dias por ano, deixava parada durante o resto do tempo e investi na casa. Fiz a casa ficar com melhores condições e venho recebendo turistas, a proporção de oitenta por cento de estrangeiros e muitos desses, são pessoas que não viriam para o Algarve para ficar em hotéis, porque querem um lugar que tenha cozinha, querem um atendimento mais direto, alguém que esteja presente para fazer o check in e check out, ou seja, são turistas que não vão estar indo para um hotel, acho que o Algarve e a economia portuguesa, vão ter uma perda muito grande, se não tiverem alojamento local. Talvez as pessoas pensem que vão ter mais hotéis para suprir as necessidades, não é bem assim, a minha experiência como viajante, por exemplo as pessoas querem colocar o filho na sala porque não querem pagar dois quartos, não quero colocar o meu filho separado de onde estou. Pensem, porque o algarve vai ter perdas económicas, infelizmente. Eu sei que Portugal tem planos de habitação para Portugal, mas espero que consigam outros modos e no final se tiver uma taxa nova para pagarmos, essa taxa vai ter de trazer mais custos para nós e vai ter que ficar mais caro e então teremos menos turismo. A mensagem é essa, pensar que vai ter um impacto grande para o Algarve." -----

Ricardo Serrão: "Boa noite, quero começar por fazer um pequeno comentário, alguns de nós tivemos aqui há cerca de um mês e estivemos presentes em Lisboa, e tínhamos



esperança que houvesse alterações ao alojamento local, e que tivéssemos conseguido passar a mensagem de uma forma que as pessoas sentissem que era realmente importante mudarem as suas ideias. Lamentamos que não tenha sido assim, lamento que os deputados do nosso município, do nosso círculo eleitoral, nomeadamente do Partido Socialista, infelizmente quando estão na Assembleia da República apenas representem o seu partido e não representem nem o município, nem a região. Queria de certa forma passar a mensagem que era importante voltar a refletir, voltarem a pensar, nem que fosse em alguma forma de desculpa, porque daqui a duas ou três semanas, ou um mês, quando esse diploma voltar novamente à Assembleia da República, pensem que se calhar os temas têm que voltar a trás e têm que separar habitação de alojamento local de outros temas, que não são a mesma coisa, as coisas têm que ser separadas. Voltando a frisar, se os deputados são eleitos pelo círculo eleitoral do Algarve, devem representar o círculo eleitoral do Algarve e não apenas o seu partido. Tenho pena que não tenha havido essa coragem. A semana passada ouvimos falar nas notícias que houve uma redução bastante significativa do investimento estrangeiro em Portugal, nos primeiros seis meses baixou mais de metade. Na nossa região novamente, o que é que nós temos muito? Investimento estrangeiro, muitos residentes são estrangeiros. O que é que foi dito? A maior parte do investimento que reduziu foi no imobiliário, portanto, como é que nós queremos aumentar a habitação, se estamos a dizer aos estrangeiros, que são uma parte importante da região, seja como residentes, seja como investimento, como é que nós queremos mais habitação e mais investimento, se estamos a dizer às pessoas, de certa forma, não são bem-vindas e ou, não sabem como é que vai ser o futuro, portanto, neste momento, já reduziu para metade, os meses vão continuar a andar e mais vai reduzir. Agora começou-se a falar no tema que, eventualmente, nós vamos congelar rendas, quer dizer novamente a dar um sinal aos investidores, não invistam, porque aquilo que vão investir não sabem se podem cobrar porque se calhar as rendas vão ser congeladas, portanto, novamente, como é que as pessoas vão investir, se não sabem o que podem cobrar? Portanto, voltamos sempre à mesma coisa, estamos a tentar atribuir ao privado a responsabilidade que tem de ser do Estado, nomeadamente e fazendo aqui a ponte, eventualmente o município de Albufeira e todos os outros municípios do Algarve e do país têm que ter a sua responsabilidade e vou logo a seguir chegar esse tema, mas o Estado também tem que contribuir e a Assembleia da República também tem de contribuir com leis que



motivem as coisas, em vez de assustar as pessoas. Tem que haver uma certa confiança do que é que vai ser o futuro. Se nós detetámos, isso é conhecimento dos vários municípios da região, que há pessoas que têm a sua necessidade, então temos de pensar, seja o município, seja os vários partidos, quais é que são as propostas que nós devemos fazer para tentar colmatar essa situação? Já falei com colegas, amigos, etc., eu resido nesta região há acerca de três anos e em diferentes situações, tive de mudar de habitação aqui dentro da região, uma situação que eu próprio e acredito muita gente se depara, cada vez que estamos à procura de habitação, quando é em termos de casas, pode às vezes não se colocar tanto, mas quando se necessita de quartos, uma das situações muito habituais é, há uma restrição em termos de anúncios e de proprietários, seja a nível de profissional das pessoas, seja a nível de género. Explicando, há muitos anúncios que restringem as pessoas, os potenciais inquilinos que tem que ser professores, ou estar a trabalhar na parte da saúde ou então muitos anúncios dizem de uma forma declarada que querem estudantes femininas ou professoras e, portanto, há um exemplo muito claro, de discriminação de género e discriminação profissional. Obviamente, todas as pessoas que não se enquadram nestes segmentos estão a ser prejudicadas e, portanto, se calhar também é uma situação de que se há realmente uma oferta que pode ser interessante para elas, se elas não podem ser, porque os prioritários fazem essa discriminação, não tem essa opção. Queria finalizar, falando mais para o município e para os restantes partidos, que, Albufeira tem crescido nos últimos anos, todos nós sabemos que, felizmente, é um bom sinal e tem ajudado a própria economia do município e da região, enquanto isso acontece, obviamente que a habitação para as pessoas que querem aqui morar, que tenham rendimentos um bocadinho superiores ou não, é realmente um problema. Portanto, eu queria desafiar tanto o município como os restantes partidos tentassem mesmo até indagar com a própria população, como é que poderemos de alguma forma aumentar, de alguma forma produtiva efetiva a habitação no nosso município, seja se podemos fazer cooperativas de habitação, com quem possa estar interessado nisso, seja realmente a fazer programas de renda acessível, mas que se calhar não estejam dependentes do Governo, porque o Governo, se calhar, diz que, daqui a uns meses damos dinheiro e depois se calhar, só daqui a um ano ou outro é que damos. Como é que podemos com a população criar soluções? Como é que podemos construir mais e



aumentar a oferta no nosso município, via público mais privado, mais comunidade, etc. Obrigado." -----

Presidente da Câmara: "Boa noite a todos, relativamente ao alojamento local, eu fiz várias intervenções públicas e até fui convidado, nomeadamente pelo Partido IL que fez uma ação aqui em Albufeira, e tive uma ação em Lisboa com a associação. Quero dizer que sou inteiramente de acordo com a questão do alojamento local, sabendo, pensando e tendo a moção que ele terá que ser de alguma forma regulado, não sei o que é que vai ser publicado, eu pelo menos não sei, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, como deputado, deve saber exatamente aquilo que lá está escrito e o Senhor Primeiro-Ministro já disse que não alterava nada daquilo que tinha sido votado inicialmente. Portanto, deve ser aquilo que foi aprovado em Assembleia da República, deve ser o mesmo que vai ser publicado e vai entrar em vigor. Espero que depois com a regulamentação alguma coisa seja alterado, vamos esperar que isso aconteça, porque o alojamento local todos sabemos, e eu tive a oportunidade de dizer na altura, todos os benefícios que tem trazido e que traz à economia local, à qualificação do turismo, porque há a questão da receita em impostos que todas aquelas camas ou maior parte daquelas camas foram inscritas em alojamento local, antigamente eram chamadas de camas paralelas, que não se sabia em que condições estavam para ser alugadas, portanto, por isso eu digo que, aquilo serviu também para requalificar a questão da oferta turística, serviu para qualificar os imóveis, logo aí há uma certa influência, é logo um rejuvenescimento da economia, seja ela em que área for, seja na pintura, seja nos pedreiros, seja nos materiais de construção, e depois a partir do momento em que entra em elaboração, em que entra em serviço, digamos assim, esse alojamento local, com certeza que vai ser e tem sido bem visto pelos próprios turistas que o frequentam. Com esta incerteza que daqui a uns anos isso pode vir a acabar, evidentemente, qua há logo um retrocesso no investimento, tal e qual como já foi dito aqui, o que é perfeitamente legítimo as pessoas pensarem assim, têm algum receio. Infelizmente, para aqueles, conforme foi já dito aqui, que já têm toda a sua vida praticamente investida neste campo, pois pode vir a ser dramático, no entanto esperamos pela publicação, esperamos por aquilo que vai ser regulamentado. Depois queria falar sobre a intervenção no âmbito das três escolas que estão para ser intervencionadas, começando logo pela escola secundária. Era para ter sido intervencionada ainda no Plano do Parque Escolar, há uma série de anos, que depois



faliu, ou entrou em insolvência e, não chegou a ser requalificada nesse campo e agora está com prioridade urgente para ser neste PRR, vamos lá ver se o dinheiro chega para isto tudo. É fácil de fazer, mas o que é certo é que a soma só se faz com as parcelas todas. As parcelas todas destas três escolas, evidentemente, que já está feito um levantamento já há muito tempo, já temos os pré projetos praticamente todos feitos, em cima da minha mesa está precisamente um deles, de uma das escolas, os outros estão em elaboração e a candidatura para estas três escolas vai ser feita até trinta e um de outubro de dois mil e vinte e três. Como disse, é através do governo, mas é do PRR, à partida, o financiamento é esse, até onde der para ser do PRR, porque os fundos não cobrem tudo aquilo que é o investimento, e os investimentos, neste momento, são muitos superiores àquilo que eram há seis ou sete anos atrás, o preços eram muito mais em conta do que são agora, todos os materiais da construção civil e está aqui gente que sabe, com certeza, muito bem aquilo que eu estou a falar, aumentaram grandemente, e isso faz com que a obra aumente fortemente. A par disto, existe também sempre um problema que é abrir um concurso, e o concurso ficar deserto, isto é, não haver concorrentes para aquele concurso, o que já aconteceu diversas vezes. Temos aqui um exemplo que foi o Lar das Fontainhas, que assinou contrato agora há quinze dias atrás, mas antes disso tinha tido uma nova empreitada que tinha sido lançada e que não houve concorrente nenhum, teve de ser lançado novamente. Isto perde-se aqui três, quatro, cinco, seis meses, à vontade, e depois tem de ir para o Tribunal de Contas. Isto para dizer que é praticamente impossível dizer quando é que isto está em obra. Não vou aqui dizer um tempo, até podia dizer que isto ia entrar em obras em dois mil e vinte e quatro, algures aí no meio do ano, mas isto é um palpite apenas, não é nada objetivo, não é nada claro, depende de muita coisa, os empreiteiros não abundam, é raro o concurso que sai à primeira, enfim, mas o trabalho que a Câmara tem a fazer através dos seus técnicos, do vereador, eu próprio, estão a ser feitos, alguns deles já estão e outros estão a ser terminados, para até trinta e um de outubro poder fazer a dita candidatura." -----

Presidente da Assembleia: "Tendo em consideração que algumas questões me foram colocadas, eu irei responder muito brevemente, porque aqui não é o fórum próprio relativamente a estas questões. Antes de mais, eu gostaria de deixar aqui uma ideia que me parece errada, de que os deputados, pelo menos os do Partido Socialista do Algarve, nada fizeram relativamente a esta matéria. Nós fizemos um comunicado onde



demos a indicação de algumas medidas que, por força, não só dos deputados do Algarve, mas também de outros deputados, fizemos incluir no que diz respeito à nova legislação. Se compararem a primeira proposta de legislação com a segunda, eu diria que é profundamente oposta. Por exemplo, a questão da taxa, que continua a ser alta para os senhores que têm o alojamento local, passou de trinta e cinco para quinze, colocando-se ainda neste caso concreto, as moradias fora do regime do alojamento local. Também o regime de AL, aplica-se ainda aos que estão ainda em vigor, permite a manutenção do regime a todos os que contraíram empréstimos, há assim toda uma série de situações que nós fizemos pressão para que fossem incluídos. De facto, estou aqui como Presidente da Assembleia Municipal, não como deputado, mas não tenho qualquer reboço em responder como deputado, e mais, tenho todo o prazer em me reunir com os senhores representantes do alojamento local para percebermos exatamente quais as necessidades, que depois desta legislação aprovada, que foi vetada pelo Senhor Presidente da República, e que, eventualmente, será novamente sujeita à Assembleia da República, quais serão as questões que aqui possam ser alteradas. Mas agora a questão fundamental é esta, eu sou deputado eleito pelo Algarve, que representa todo o território nacional e, naturalmente, tenho que ter em consideração toda uma série de circunstâncias, não só os senhores do alojamento local, que muito respeito merecem, mas também os senhores que, neste momento não têm uma única casa para poderem viver, também os senhores hoteleiros que, naturalmente, têm os seus negócios, e toda uma série de circunstâncias que não são unívocas, ou seja, nestas matérias como em muitas outras, o que acontece é que há sempre interesses contraditórios e nem sempre os mesmos se aferem da melhor forma. Digo-vos, por que razão votei desta forma. Por duas ordens de circunstâncias: a primeira, tendo eu sido uma das pessoas que pressionou, implementou, fazendo chegar as propostas aos decisores, que fossem incluídas algumas destas regras, não me sentiria bem se tivesse pedido essa inclusão, as mesmas tivessem sido acolhidas e eu votasse contra, isto porque sou leal quanto aos compromissos que assumo. A segunda, na possibilidade de poder nestas duas ou três semanas, haver alguma alteração relativamente à matéria, qual seria a minha credibilidade, depois de ter proposto uma solução ou várias soluções, para novamente propor outras alterações?! Naturalmente, não iria ser aceite e, por uma questão de ética e de lógica, seria realmente pouco curial que tivesse proposto, tivesse sido aceite, votasse contra e depois a seguir, tentasse novamente alterar



qualquer medida, seja nesta, seja em qualquer outra legislação. Mas relembro que, para além dos senhores titulares e proprietários do alojamento local, há, mais albufeirenses e não são só os senhores que se estão em Albufeira, havendo situações conflituantes por todo o país. Nesse sentido, comprometo-me desde já, a reunir com os senhores representantes do alojamento local de Albufeira para verificarmos quais são as questões que possam estar ainda por resolver e que entendam serem de alterar e, levar essas propostas a quem de direito. Relembro também que a responsabilidade continua sendo do município, porque não só autoriza, como fiscaliza e tem a possibilidade de introduzir na lei, face às cartas de habitação local, a criação de zonas só de alojamento local. Eu fiz um comunicado relativamente a esta matéria, fiz uma declaração de voto também aquando do voto em Assembleia da República e, é como vos digo, estou disponível para reunir com os senhores, nomeadamente com o Doutor Fernando Serpa, que conheço há muito tempo e com outros colegas também, para verificarmos aquilo que é possível fazer e alterar." -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: "Boa noite a todos, não sei se é bom presságio, ser a primeira a falar, talvez sim, hoje é a primeira Assembleia pós-férias e uma rentrée efetivamente, o Albufeira Prometida tem aqui uma questão que tem poucos dias, e é uma questão dirigida ao Senhor Presidente, sendo também uma recomendação. O Albufeira Prometida teve conhecimento que no espaço desportivo de Vale Faro, onde se encontram instalados os novos campos de basquete foram vandalizados, porque há redes partidas, muito lixo nesse espaço, mais uma vez, o Albufeira Prometida alertou para a possibilidade destas situações virem a acontecer, nomeadamente na nossa intervenção da Assembleia de vinte e oito de abril de dois mil e vinte e quatro e passo a citar: "alertamos o executivo que não basta fazer, temos de pensar na gestão da manutenção, conservação e vigilância dos campos, de modo a proteger a estrutura e o investimento realizado naquele espaço." Infelizmente, a nossa previsão e alerta concretizou-se demasiado cedo, ou seja, num período de quatro meses, este espaço desportivo que é efetivamente uma mais-valia para os nossos jovens e crianças, não está a ter a devida atenção e o cuidado que requer. Recomendamos assim, mais uma



vez, que se olhe para o património público como uma mais-valia, que deve ser preservado e cuidado, porque o investimento saiu do bolso de todos os munícipes. Deixamos também a sugestão de que seja instalado no local, pelo menos um bebedouro e uma instalação sanitária. Muito obrigado." -----

Dário Pereira: "Boa noite, nas minhas duas últimas intervenções aqui nas Assembleias passadas em relação à Associação AHSA, eu solicitei que a AHSA viesse entregar aqui os relatórios financeiros. A minha pergunta é se entregou? Se sim, não me chegou nada às mãos. Continua a nossa Câmara e a nossa Junta a ajudar a associação em valores grandes? É preocupante. A minha pergunta vem neste sentido, se a AHSA está disposta a apresentar estes relatórios financeiros? O Carlos Santos, o presidente da Associação dispôs-se a apresentar esses relatórios à Câmara Municipal, mas, passado este tempo todo, até agora zero. Caso isto não aconteça, eu proponho ao Carlos Santos que apresente a sua demissão, ou ponha o seu lugar à disposição, para pessoas mais competentes que há na sociedade, de certeza absoluta, enquanto esse senhor estiver lá, eu não sou sócio da AHSA e muitos munícipes de Albufeira disseram a mesma coisa, isto é um dos pontos. O segundo ponto, é o PDM. Há trinta anos, sendo eu jovem de Albufeira fui obrigado a ir construir para outro concelho vizinho, porque mesmo com terreno em Albufeira, com parecer do Ministério da Agricultura favorável à construção, fui acusado aqui, na altura pela vereação, que o senhor Dário Pereira queria construir casa para ricos, eu estava no meu início de carreira, de facto não consegui. O projeto veio três vezes à câmara, foi reprovado e tive de ir para o concelho vizinho, concelho de Silves, onde muitos jovens da Albufeira, da minha classe etária foram obrigados a sair daqui de Albufeira para os concelhos vizinhos. Doutor Carlos Rolo, eu peço encarecidamente que me trate do PDM de Albufeira, o mais urgente possível, porque isto é preocupante para os nossos jovens atuais. Os nossos jovens estão a sair todos daqui, qualificados, não qualificados, nas nossas hotelarias, nos nossos sistemas, aqui não temos mão de obra. Como o Presidente sabe, isto eu acho que é o mais preocupante presentemente em Albufeira, não deixando de parte as escolas, a educação, a parte da saúde, essas coisas todas, mas, principalmente a história do PDM em Albufeira é preocupante. Muito obrigado." -----

Helena Simões: "Boa noite a todos, começo por cumprimentar todos os presentes e vou direto ao assunto, porque o tempo não é muito e os assuntos são alguns. Primeiro que tudo, dia do município, gostaria de agradecer ao executivo o convite de ter estado



desde o hastear da bandeira até ao Pôr do sol. Gostaria de dar, não sem desprimor das iniciativas culturais, gostaria de dar ênfase à inauguração do Lar, Creche e Centro de Dia, uma infraestruturas muito necessária e necessitada e uma carência no nosso concelho e não poderia deixar de parafrasear as palavras do próprio Presidente da CCDR que enalteceu este município, esta Câmara pela sua vertente social, chegou a referir, inclusive, que o município de Albufeira é o concelho com melhor rácio de vagas para creches, para crianças. E fê-lo reiteradamente dizendo que o município aproveita e bem os dinheiros do PRR e os dinheiros públicos e de outros fundos comunitários para investir na área social. Eu não poderia deixar de trazer aqui este assunto, porque me sinto vaidosa de pertencer ao mesmo partido, e às decisões políticas deste executivo, pelo que acho que é importante também recordar que sessenta e sete por cento do investimento naquele equipamento foi do município, só o remanescente foi do PRR, muitas das vezes diz que só se faz com o PRR, mas a realidade é que o município teve que desembolsar sessenta e sete por cento, e porque estou na área social, é importante também enaltecer os quatro milhões que vão ser investidos nos cuidados continuados na Guia, o Lar e Apoio Domiciliário, Centro de Dia das Fontainhas, que são mais oito milhões, pelo que, na pessoa do Senhor Presidente, eu gostaria de agradecer a este executivo todo por ter o coração no lugar certo, esta era a primeira questão. A segunda questão, como referi, tive no dia do município, desde o sol nascer, desde o hastear da bandeira até ao sol raiar e não poderia deixar de dizer que não me senti representada, e não senti representada porquê? Eu e outros deputados tivemos lá, mas o Presidente da Assembleia Municipal não esteve e a Assembleia Municipal enquanto órgão não se fez representar por nenhum dos seus sucessores, digamos assim. Sei e bem, inicialmente pensei que tivesse estado doente, sou sincera, fiquei genuinamente preocupada, porque todos nós sabemos que o dia vinte de agosto é o dia do município, não muda de ano para ano, mas depois soube que esteve em visita oficial pelo grupo parlamentar de amizade à China. Não deixo de ficar estupefacta, ainda porque são de sete deputados pelo PS nesse grupo e se calhar, poderia ter ido outro que não tivesse o dia do município na mesma altura. E fica a pergunta: já as Assembleias são sempre às segundas por imposição, que é o único dia que tem para regressar ao seu ciclo eleitoral e interagir com os seus constituintes? Não tem disponibilidade para estar presente num dia tão importante como o dia do município, em que equipamentos, tais como os que eu referi, foram inaugurados, a pergunta é: só vem para cá quem quer, quem não tem



disponibilidade, eu questiono o que é que andaré aqui a fazer? E ainda assim, porque é que não se fez representar? Discute-se representação interna, representação externa, eu até me deparei com uma lei que eu não sabia que existia, que é a Lei do Protocolo do Estado Português, em que define perante a ausência, quem é que poderá representar, a mesma lei, a setenta e cinco de dois mil e três o define, o nosso Regimento o define, enfim, não poderia deixar de dizer que fiquei muito triste do nosso órgão não estar representado. Por último e não menos importante, até porque é tema quente do dia, o alojamento local, na última Assembleia Municipal, tive oportunidade de lhe perguntar diretamente se iria votar ao lado dos albufeirenses ou contra os albufeirenses, fez uma declaração de voto que juntou três regiões de turismo que nada têm a ver umas com as outras, Leiria, Bragança e Algarve, semelhanças só se forem no papel, porque de resto, Albufeira já tem turismo quase ao mesmo tempo que a pesca. Ainda assim, porque o Senhor Presidente abriu o precedente de usar partilhas de Facebook para justificar certas ações, eu também fui fazer o mesmo. Foi ler a declaração de voto que está publicada na página do PS Albufeira e fui também ler a própria partilha do PS Albufeira, e espante-se, a declaração de voto empurra para o privado uma responsabilidade que é do público, mas depois a determinada altura diz, *"na falta de investimento público na construção de casas"*, o PS chegou ao Governo agora?! Há uma semana, há quinze dias?! Estranho, mas depois logo a seguir, convida os empresários do alojamento local a serem parte da solução, com dinheiro privado e, diga-se, uma vez mais assinado e subscrito por três regiões de turismo que nada tem a ver. Depois vem se vangloriar de uma redução de trinta e cinco para quinze por cento, mas, pasme-se, o artigo doze A diz que, não é dedutível em sede de IRS ou sequer de IRC. Depois, isto já é o comunicado do PS, vem um comunicado do PS falar das escolas, do centro de Saúde, pasme-se, PRR, dinheiro comunitário. Vem também dizer que vai financiar a cem por cento, bom, vai emprestar dinheiro para mais tarde o município pagar. Depois, vem nesta Assembleia dizer que exerceu a sua magistratura de influência, mas que não diretamente e que, como tal, está vinculado ao documento. Eu, vinculada estou a todos vocês que estão aqui, depois fala em alterações, mas o seu governo já disse que não vai alterar nem um ponto nem uma vírgula, por isso, pergunto-lhe concretamente, acha que tem condições para compatibilizar as duas realidades, deputado da Assembleia Municipal e deputado da Assembleia da República? Deixo o repto." -----



Luna Silva: "Saudações a todos os presentes, na passada Assembleia Municipal de dez de julho a bancada do PSD/CDS apresentou um voto de protesto contra as práticas da Algar. De acordo com o comunicado da Câmara Municipal de Albufeira com o título: *município critica Algar pelo mau serviço prestado na recolha de resíduos recicláveis. O município residentes e turistas confrontam-se todos os dias com ecopontos e ilhas ecológicas a transbordar de resíduos que ficam espalhados pelo chão, provocando problemas de insalubridade. Refere ainda que esta situação é péssima para a imagem de Albufeira, uma vez que Algar é constituída em cinquenta e seis por cento pela empresa geral de fomento do grupo Mota Engil e em quarenta e quatro por cento pelos municípios do Algarve. Os municípios estão em minoria, não exercendo qualquer poder de influência no que diz respeito à parte operacional da empresa. A Algar, através de contrato firmado com o Estado, tem a concessão de ecopontos e da gestão dos aterros sanitários da região algarvia até dois mil e trinta e quatro. Facto curioso, o comunicado menciona o seguinte: A Câmara Municipal de Albufeira repudia veemente esta situação que penaliza o município e o próprio cidadão que sente que os impostos que para o efeito na fatura da água não correspondem ao serviço prestado, gerando revolta e mal-estar, manifestando a sua indignação diariamente, ou seja, algar tem um contrato firmado com o Estado, mas são os munícipes na fatura da água que pagam o serviço da Algar. E a pergunta ao Senhor Presidente irá a Câmara Municipal continuar a cobrar esta taxa na faturação da água por um serviço que a própria veio reprovar? E que alcance teve este voto de protesto? O que é que mudou? Algo melhorou? Ainda, a recolha de resíduos indiferenciados e o lixo que vai para os contentores comuns, é da responsabilidade do município que contratou a empresa Luságua para a sua operacionalização, mas será que a Luságua também tem prestado os seus serviços de forma correta? É que o estado em que se encontram os contentores de lixo também tem sido alvo de críticas pelos nossos munícipes, e está à vista de todos, um serviço que neste ano, dois mil e vinte e três custou a este município o valor de cinco milhões e trezentos mil euros, considera ou não o Senhor Presidente que a empresa Luságua tem cumprido de forma linear as suas obrigações contratuais? Obrigada."* -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, três temas. Primeiro tema, dessalinizadora, esta casa continua sem ter acesso ao estudo ambiental, proclama-se a sete ventos que já há expropriações ou início de expropriação de alguns proprietários de terrenos, possíveis terrenos e uma infraestrutura com esta importância e com impacto ambiental



que poderá ter o nosso município, esta casa, a casa mais importante do município, composta por pessoas de vários quadrantes e que representa os nossos munícipes, não tem conhecimento do estudo ambiental. Vergonhoso. Apelo, ao Senhor Presidente da Assembleia, que exerça o seu poder de influência no sentido de que possamos ter acesso a esse estudo ambiental o quanto antes. Segundo ponto, gostaria de dar os parabéns às forças de segurança da cidade, nomeadamente aos bombeiros voluntários que prestaram socorro, à GNR, à Proteção Civil, à Polícia Municipal e também ao município por aquilo que foi a relativa normalidade que decorreu o nosso mês de agosto, quando nós recebemos mais de meio milhão de pessoas concentradas no nosso concelho e, portanto, essa relativa normalidade teve o empenho de muitas pessoas, de muitas forças de segurança e, portanto, o meu agradecimento público enquanto munícipe, por aquilo que foi a relativa normalidade que decorreu o mês de Agosto. Por ter estado envolvido, fui vereador responsável pela Proteção Civil há alguns anos, sei e acompanhei de perto aquilo que é a dificuldade para termos nesse mês essa relativa normalidade. Terceiro e último ponto, reforçar aquilo que é o pedido do meu ilustre colega deputado Dário Pereira, fui eu o primeiro proponente da comissão de acompanhamento do PDM e muito me entristece que ainda não tínhamos sido notificados para começar a trabalhar. Nós queremos começar a trabalhar sobre este assunto.” -----

Mónica Coimbra: “Boa noite a todos, não podemos deixar de constatar que só no dia trinta de Agosto, através de uma publicação nas redes sociais é que o executivo, na pessoa do Senhor Presidente manifestou a sua indignação sobre a deficiência na recolha de resíduos recicláveis no concelho, serviço prestado pela empresa Algar. É muito engraçado e, no mínimo, ridículo que só no dia trinta de Agosto é que o executivo tenha tomado consciência publicamente do mau serviço que Algar está a prestar ao município. Relembramos mais uma vez, que a bancada do Albufeira Prometida foi a primeira a denunciar e entregar nesta Assembleia provas notórias do péssimo serviço que Algar nos está a prestar, com a entrega de fotografias ilustrativas e antes disso questionou inúmeras vezes o Senhor Presidente que medidas e diligências estavam a ser tomadas. Na verdade, andamos todos muito distraídos, porque esta situação arrasta-se há anos e só agora é que publicamente é manifestado posição do executivo com o apoio da bancada dos membros do PSD. Meus senhores, deixamos de publicações e jogos políticos e passamos as ações, porque são essas ações que os albufeirenses



esperam do executivo, ativo e interventivo. Senhor Presidente, diga-nos, e aos munícipes, que medidas já foram tomadas? Obrigada.” -----

Raúl Ferreira: “Os meus cumprimentos a todos, venho aqui apenas fazer algumas recomendações, que penso que são pertinentes no momento em que vivemos. A primeira recomendação também já foi feita pelos meus colegas deputados, Dário Pereira e Carlos Quintino, tem a ver com o PDM. Efetivamente, o PDM é um instrumento importantíssimo para o concelho de Albufeira e a verdade é que encontra-se, vou utilizar a expressão vulgar, na gaveta há tantos anos e eu penso que carece de uma vez por todas que se faça alguma coisa, porque o PDM, como eu disse, é um instrumento de importância enorme para o nosso concelho. E agora que se coloca aqui tantas questões relativamente à habitação, penso que pode ser uma pequena parte da solução do problema que existe. Não vou bater mais no senhor deputado Francisco Oliveira, eu penso que este Governo está a trabalhar mal no que concerne à habitação. Este diploma que foi levado ao Presidente da República, que foi, e voltou para trás para ser revisto pelo Governo, eu penso que não é a solução para a habitação. Eu penso que o Governo está a atacar o problema pela rama, como se costuma dizer, o verdadeiro problema da habitação prende-se essencialmente com a questão nos solos. As leis dos solos têm que ser revista, as amarras que existem para as autarquias trabalharem os PDM’s, nomeadamente quanto à Reserva Agrícola Nacional e à Reserva Ecológica tem de ser revista, não se pode fazer, como se costuma dizer, omeletes sem ovos e não se pode fazer casas sem haver solo disponível para se construir. Eu penso que esse é o cerne da questão e o que eu vejo é que não há coragem política, não há interesse político em resolver essa questão e eu penso que os municípios de uma forma concertada, deviam pressionar o Governo da República e a Assembleia da República no sentido de alterar, de forma a permitir mais construção. O mercado funciona de uma forma simples, que é a lei da oferta e da procura, não podendo construir objetivamente os preços da habitação, o preço do arrendamento vai subir e torna-se inoportável para o comum dos cidadãos adquirir uma casa ou fazer um arrendamento. Esta é a primeira questão que eu tinha, uma segunda questão que vou levantar aqui, advém um pouco da minha atividade profissional. Acontece que eu diariamente tenho sido abordado por diversos clientes que me dizem que querem fazer uma casa pré-fabricada, isso é possível ou não é possível? E as pessoas vão com a ideia que efetivamente é possível montar uma casita pré-fabricada em qualquer pedaço de



terreno que tenham, e a realidade, como todos sabemos, é que o decreto quinhentos e cinquenta e cinco, noventa e nove, impõe regras para a construção, quer seja ela em tijolo, quer seja em betão, quer seja em plástico, quer seja em ferro. E as casas pré-fabricadas também têm de obedecer. Eu penso que o município de Albufeira e neste caso a Câmara Municipal devia desenvolver um esforço grande de informação, de forma que as pessoas não caiam nesse erro de investirem parte das suas poupanças em algo que não é legal e que tem consequências até muitas das vezes do ponto de vista criminal, portanto, eu apelava aqui ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para investir nesse fator que eu penso que é importante. Outro fator que é importante é a fiscalização. Essas casas estão a aparecer no concelho de uma forma, parece quase de geração espontânea, todos os dias passo em sítios diferentes, onde sei que estou dentro da reserva agrícola e nalguns casos, até reserva ecológica e vejo casas e tanto quanto sei e agora faço aqui uma declaração de interesse, represento um cliente que vive uma situação pouco dramática, porque viu um terreno dele ocupado neste caso, até com um parque de campismo e com casas pré-fabricadas, e o que eu vejo da parte da Câmara Municipal, alguma inércia, não só inércia na fiscalização, mas inércia também no pós fiscalização, não basta levantar um auto de notícia, tem que se dar continuidade ao assunto e o que acontece neste momento e tanto quanto eu sei, os processos que tenho acompanhado umas vezes estou do lado dos maus, outras vezes estou do lado dos bons e a verdade é esta, o resultado do processo levantado é quase sempre zero. As casas continuam, quanto muito paga-se uma multa e até hoje sou sincero, não vi nenhuma demolição, e trabalho neste concelho como advogado há vinte e dois anos. Não estou a dizer que seja só este executivo, os anteriores também possivelmente e muito concretamente, também atuaram da mesma forma, mas eu penso que isto é uma falta de respeito e é uma falta de respeito para aqueles todos que pagam taxas, que submetem os projetos à apreciação da Câmara, que vivem o pesadelo do licenciamento que muitas vezes demora dois, três anos e estão esse tempo todo a aguardar que seja deferido o licenciamento para construírem dentro das normas legais a sua habitação e depois existem estas pessoas que, à margem da lei, fazem a sua construção e não respeitam requisito nenhum legal e têm a sua casa a habitar de uma forma muito mais facilitada que os outros que cumprem a lei. Portanto, Senhor Presidente, eu penso que têm que ter uma mão de ferro contra este assunto, tem que agir, existe casos aqui no concelho que são vergonhosos. Já falei há cerca de dois ou três meses, naquele caso ao



pé do continente, antes de chegar à Guia, é vergonhoso o que está ali a acontecer, é praticamente um bairro clandestino aos olhos de todos, e nada ainda foi feito até este momento, sei que foi lá a fiscalização, parece que a coisa não correu lá muito bem e os fiscais até quanto sei, não sei se é verdade, mas foi a informação que me foi dado, foram praticamente escorraçados do local, portanto, eu peço a sua intervenção quanto a estes dois assuntos." -----

Domingos Coelho: "Boa noite a todos, antes da intervenção que me trazia aqui, só dois comentários em relação a intervenções anteriores. Uma palavra para o nosso deputado Carlos Quintino, a propósito do PDM e da dessanilizadora, faz sete anos em novembro que participei numa reunião, de trabalho a propósito do PDM em Paderne. A dessanilizadora fala-se há um ano, eu não uso o mesmo adjetivo que você usou a propósito na sua intervenção e já agora acrescento que fiz já duas intervenções aqui, uma entreguei por escrito para que me fosse facultado o relatório de diagnóstico do PDM e até hoje não recebi qualquer documentação. Em relação a outra intervenção que houve aqui a propósito da Algar, EGF e da recolha do lixo, só relembrar uma situação, a EGF foi nacionalizada em mil novecentos e setenta e seis, foi depois pelo Governo de Passos Coelho, privatizada em dois mil e treze e na altura, levantaram-se logo questões que os privados não teriam, diria muita sensibilidade, muito interesse em trabalhar exatamente nesta área. No fundo, o que está aqui é a constatação da falência completa das privatizações do PSD, aí está a Algar com o serviço que tem, a Algar foi privatizada com o valor percentual de cinquenta e seis para a Mota Engil e quarenta e quatro para as câmaras do Algarve e diga-se que o nosso Presidente tem assento nos corpos sociais da Algar, portanto, quando se fala da Algar, parece que estamos a falar de qualquer coisa de culpa do Governo daqui e dali. É a prova de falência das privatizações do PSD. Em relação à habitação e o AL, o Algarve tem trinta por cento do AL Nacional e Albufeira tem quarenta por cento, Albufeira tem onze mil alojamentos locais. O que nós constatamos é que os interesses do AL estão de facto, organizados, quem não está organizado são os futuros inquilinos, eles bem procuram casa, mas se eles nem são inquilinos como é que se organizam? Porque o problema do país não é o AL, o problema do país é o arrendamento. O problema que temos hoje em Albufeira, que é um entrave ao seu desenvolvimento é a falta de habitação. Ainda há pouco há alguém do PSD e muito bem, veio constatar que os seus companheiros, os seus amigos, as famílias de tradições de Albufeira, vão para Ferreiras, vão para Tunes,

Boliqueime, daqui a um par de anos Albufeira não tem ninguém, das suas raízes. Porquê? Porque é tudo empurrado para fora, e antes que nós falemos da casa dos outros convém que falemos da nossa casa. Eu fui ler a Estratégia Local de Habitação aprovada pela Câmara, que é obrigada a ter este documento para poder concorrer o PRR e vou citar algumas frases. Já agora pergunto, prevê-se na estratégia local de habitação e que tem uma meta para dois mil e vinte e quatro, pergunto o que é que já foi feito? *Tem de ser estabelecida ou criado uma equipa técnica*” eu pergunto se foi criada e qual é o seu diretor? Depois, citando: *“os preços da habitação em Albufeira, quando comparados com a média dos valores dos rendimentos, são desproporcionais”,* estratégia local de habitação, página sessenta. Outra situação, *“desde dois mil e três não se constrói habitação social”,* página sessenta e sete. *“Mesmos rendimentos intermédios também se encontram numa situação de inacessibilidade habitacional”,* página sessenta e nove, *“o grave problema de habitação no concelho de Albufeira”,* página setenta e três. *“Na facial, vinte e sete e agregados familiares”* e depois mais à frente, *“estas casas não apresentam quaisquer condições de salubridade e de estabilidade estrutural”,* página setenta e oito, e isto desde dois mil e sete, pergunta-se o que é que já foi feito? Mais à frente, diz *“a falta de habitação é um facto evidente e embora muitas famílias têm empregos estáveis e salários acima da média do país, não conseguem ter acesso a uma habitação no concelho, nem por via da aquisição nem por via do arrendamento, precisamente pela escassez de oferta no setor, muito influenciada pela competição que tem origem no turismo”*. Já agora digo em todo o documento não aparece uma vez uma referência ao alojamento local, é porque se calhar não é um problema. Depois ainda diz: *“muitos destes agregados de vencimentos médios são forçados por vias das atuais circunstâncias a procurar residência nos concelhos limítrofes”,* outra constatação não só do documento, mas aqui dos próprios membros do PSD. É de salientar que nos duzentos e catorze agregados identificados em grandes dificuldades, existe um padrão evidenciado pelo massivo número de casos de pessoas sem casa a viver a título precário e alojamentos cedidos por terceiros, numa condição muito vulnerável e cuja resolução é urgente, pergunto: dos duzentos e catorze, quantos é que se resolveram? Isto é na página noventa e sete. *“A problemática da habitação em Albufeira tem características muito específicas, dado ser um dos principais destinos turísticos do país, sendo o arrendamento para habitação um mercado completamente absorvido pela vertente turística. Quanto aos imóveis para aquisição, dados os valores*



praticados, apenas são acessíveis a um mero estrato social alto, direccionado para populações com poder de compra, manifestamente superior à média concelhia e nacional, e diz, se nada for corrigido, agravamento do problema da habitação continuará”, parece que continua. Página noventa e seis, “a falta de habitação é um facto evidente, embora muitas famílias tenham empregos estáveis e salários acima da média, o país não consegue o acesso à habitação”, portanto, é uma segunda constatação. A pergunta é: afinal em vinte anos, o que é que o PSD fez de habitação social e de preços controlados? Eu lembro que, começou na zona do Pau da Bandeira, foi construída pelo Partido Socialista que nem chegou a estar vinte anos do poder, depois passando para o “Nosso Teto”, a “Associação de Moradores” a “Habijovem”, tudo construído no tempo do Partido Socialista, e o que é que o PSD construiu? Quando aqui se vem colocar o alojamento local como o mau da fita, o problema do país não é o alojamento local, o problema do país é a falta de habitação para arrendamento, seja a preços controlados ou a construção social, e aquilo que o deputado Raul Ferreira levantou, da questão dos solos, é fundamental essa questão, e a aprovação do PDM é fundamental, que o PDM já contemple terrenos exatamente para habitação. Porque até aqui é a lógica do PSD o mercado resolve, o mercado resolverá, e nota-se, está resolvido claro, a bem de quem? De quem tem o poder económico, aliás, a própria câmara o diz aqui claramente, não há que fugir. Enfim, por aqui podia divagar muito, mas fico por aqui.” -----

Carla Madeira: “Muito boa noite a todos, tenho aqui duas preocupações, uma vai para Paderne. Senhor Presidente, iniciamos agora o ano letivo, temos quase cerca de trinta famílias novas a viver no bairro e temos um único acesso, tanto ao bairro como à escola. Nestes anos passados, tem sido sempre uma problemática o fluxo rodoviário ali, o facto de não haver estacionamento, a estrada ser estreita e não haver sítio para fazer inversão de marcha. Eu gostava de saber se o executivo já tem alguma solução para este problema e atendendo também a que aqueles terrenos em frente à escola são propriedade do município e que se poderia ali arranjar uma solução para isso, porque sei que vai ser problemático daqui a quinze dias. A outra tem a ver com o Jardim do Montechoro que foi requalificado por esta edilidade há muito pouco tempo, e que eu passo ali todos os dias e vejo aquela relva todos os dias a desaparecer. Eu sei que há seca, que tem que se poupar a água, mas eu penso que a água da ETAR e um



autotanque resolveria facilmente a solução evitar jogar fora tanto dinheiro que se gastou ali obrigada." -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, o deputado Domingos Coelho devia ter começado por uma palavra que proferiu quando finalizou intervenção, divagar. Eu acho que a sua intervenção foi efetivamente uma divagação, até porque vá ver os corpos sociais da Algar e constate que cinquenta por cento mais um da Comissão Executiva é composta por militantes do Partido Socialista ou simpatizantes, incluindo um ex-Presidente de Câmara do Partido Socialista e um atual. Acho que devemos ficar por aí, não vamos falar também dos corpos sociais da APA que certamente lhe são bem conhecidos e das Águas do Algarve, portanto, por aí eu acho que deveríamos ficar e a seu dono. Sobre outras questões que aqui levantou, as realidades que comparou são realidades absolutamente diferentes. Em dois mil e sete não havia alojamento local e, portanto, a sua intervenção pauta-se por uma série de questões soltas que muitas vezes não tiveram um fio condutor, com o devido respeito. Falou muito no PSD, mas quem está no Governo atualmente, o PS e quem tem que ter responsabilidades sobre os mais diversos temas no país é o PS e, portanto, o senhor está sempre a falar no PSD. Aquilo que o PSD fez está feito, aquilo que o PS está a fazer vale zero, com o devido respeito." -----

Domingos Coelho: "Se eu divaguei, divaguei através de um documento da Câmara, portanto, a divagação é algo que a Câmara fez, um documento oficial. O que eu fiz foi a citar um documento oficial, se divaguei, qual a culpa? Foi o documento que eu acabei de ler, e em relação aos corpos sociais, pelo menos num, deve ter feito muita confusão em relação à estrutura desse organismo. Só para precisar, ninguém falou em dois mil e sete, e já agora que estamos aqui a discutir mais em pormenor, eu até diria de lamentar que este documento que é de dois mil e vinte e um, use dados do INE de dois mil e onze, ou seja, aquela constatação, aquele retrato que aqui está de dois mil e onze, hoje será muito pior, e como é que um organismo produz um documento que está em vigor, com base em informação do INE de dois mil e onze? É só fazer as contas, como dizia o outro." -----

Presidente da Assembleia: "Irei responder muito brevemente relativamente à intervenção da senhora deputada Helena Palhota Simões. Primeiro, a senhora Helena, já na última vez ou das últimas vezes, fez referência ao facto de eu ser um deputado a nível nacional e, sendo deputado a nível nacional, não posso só e única e exclusivamente



defender os albufeirenses, naturalmente que os defenderei, mas tem que ser, de facto, em termos nacionais. Outra questão que achei estranhíssima e, aliás, contraditória, eu diria até bipolar, que é uma situação que tem a ver com o seguinte, há algum tempo atrás, eu tomei a iniciativa de fazer representar esta Assembleia Municipal por elementos da Assembleia Municipal, fui admoestado, porque não o devia fazer, não deveria fazer de forma alguma, os convites eram pessoais e eram entregues dessa forma. Foi essa a razão, porque não indiquei absolutamente ninguém para representar a Assembleia Municipal. Outra questão tem a ver com o facto ter ido onde fui, e já agora explico muito simplesmente, eu estava para embarcar a vinte e três de agosto e em cima da data fui informado que a viagem foi antecipada, e alteradas as datas, que eram de vinte e três de agosto a quatro de setembro, para vinte a vinte e nove de agosto. Isso, de facto, levou-me a não estar presente, pela primeira vez em muitos anos, nas festividades do dia vinte de agosto, dia da cidade. Devo dizer já agora, senhora deputada que, pelo menos no que diz respeito à Assembleia Municipal, eu acho que faltei menos vezes do que a senhora deputada faltou relativamente à Assembleia Municipal e nunca lhe perguntei, nem nunca coloquei qualquer questão sobre o que fez ou o que deixou de fazer. Acho profundamente inacreditável a forma como colocou a questão e de uma baixeza de todo o tamanho, deixe-me dizer.” -----

Helena Simões: “Começo com uma defesa da honra e acabo com duas. Primeiro, obrigado pela preocupação, não sou bipolar. A questão do discurso bipolar não, houve efetivamente uma vez que o Presidente da Assembleia Municipal não respeitando o protocolo, que diz que na falta do Presidente da Assembleia é substituído pelo Primeiro Secretário, na falta do Primeiro Secretário é substituído pelo Segundo Secretário e que se fez substituir sim, a convite, desrespeitando a lei do Protocolo do Estado Português, o Regimento e a Lei Habilitante que é a setenta e cinco mil e treze, e endereçou convite a um membro da sua bancada para representar a Assembleia Municipal. Eu vou aos eventos da Câmara, sempre que a mesma me convidar ou qualquer outro evento, vou como deputada da Assembleia Municipal. Eu não represento a Assembleia Municipal, a Assembleia Municipal tem uma mesa que é composta por um Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, acho que está esclarecida a bipolaridade. Não há uma questão de bipolaridade, nem no discurso nem na minha pessoa, mas muito obrigado. Em relação à questão da baixeza, ainda bem que fala na questão das faltas, porque é um assunto que vamos falar na questão da ata, que



é o facto de eu justificar sempre a minha ausência, fazer questão que a mesma conste na ata que eu justifiquei a minha ausência e que nunca consta, porque temos sempre a questão da perda de mandato, perdoou-me que lhe diga, e eu aí vir, e lanço o repto para si, porque dia vinte de Agosto e o dia do município, todos os anos é no mesmo dia, pode ser um dia de semana diferente, porque nós sabemos que o calendário assim o dita, mas não me sinto minimamente ofendida pelas suas palavras." -----

Silvia Dias: "Boa noite a todos, eu acho que, por vezes, há aqui confusão. É compatível o nosso Presidente da Assembleia ter as duas posições e muitas vezes confunde-se aqui os papéis. Isso é um ponto assente e outra questão que eu gostaria de saber aqui a nível da autarquia, do nosso poder local, realiza-se muitas atividades no nosso concelho, culturais, e bem, e porque não haver uma entrada simbólica, um valor simbólico nessas entradas? E gostaria também de saber quais os critérios para as zonas vip's. Porque há muito pouco tempo, ouvi um comentário de uma pessoa que ainda no ar de chacota que não pertencia a esta autarquia, nem estava a representar nenhum órgão e tinha estado na zona VIP e com pulseira, por isso, gostaria de saber quais os critérios para as zonas vip's em todas as atividades ou eventos realizados por esta autarquia. Muito obrigada." -----

Domingos Coelho: "A propósito de como os deputados do Algarve votam, só aqui um lembrete, alguém se lembra como é que votaram os deputados do PSD aquando foram impostas as portagens nas SCUT?! E se bem me lembro, havia um deputado aqui da Assembleia, e nunca me lembro de a Assembleia questionar este deputado por ter votado a favor das SCUT." -----

Presidente da Assembleia: "Eu vou responder a esta situação levantada pela senhora deputada Helena Palhota, e dizer-lhe que, a ideia não foi apelidá-la do quer que seja, foi dizer que havia realmente uma má atitude, que era contraditório e por uma razão muito simples, se verificar a lei, a lei diz que o convite é pessoal e foi isso que fez com que eu deixasse de convidar pessoas para irem a eventos fora do município. O que acontece é que o Presidente é representado na Assembleia Municipal e durante os trabalhos da Assembleia Municipal. É isso que diz a lei. -----

Helena Simões: "O deputado Leonardo Paço acabou de me ceder o minuto dele, assim vou testar o que é que se faz com um minuto. Eu só gostaria que então, se calhar, o Presidente da Assembleia Municipal, uma vez que diz que tem cabimento na lei, que eu desconheço, eu li a lei de trás para a frente, de frente para trás, não encontrei nada



que fizesse menção, quer a lei do protocolo, quer a setenta e cinco de dois mil e treze, que referisse que o convite é pessoal, mas ainda assim como colega de profissão, far-me-á chegar garantidamente o artigo. Ainda assim, eu acho que, como já não falamos disto há tanto tempo, se calhar impõe-se um pedido de parecer, só para clarificar a questão." -----

Presidente da Câmara: "Vou tentar dar algumas respostas mais concretas e mais objetivas e agradecer desde logo as recomendações feitas aqui por alguns deputados. Começando pela Carla Vieira, que falou na questão do vandalismo, o facto do parque desportivo de Vale Faro ter sido vandalizado. Infelizmente é isso que temos, temos as paragens também todas vandalizadas, não podemos ter seguranças. As paragens dos abrigos de passageiros vandalizadas em termos de graffitis, não propriamente partidas, e no parque de Vale Faro, segundo me dizem, é uma rede de vedação que foi vandalizada e um graffiti, já está a ser tratado. Relativamente à casa de banho, já está em procedimento concursal, na segunda fase e a seguir vão ser alguns balneários para essa questão. O deputado Dário Pereira falou na questão da AHSA, não vou fazer nenhuma intervenção sobre isso, e falou na questão do PDM, tal e qual como outros deputados falaram. Também é uma preocupação que tenho, a questão do PDM é uma oportunidade única, porque a Câmara de Albufeira não tem, neste momento, praticamente património nenhum que seja possível construir, nem construído. O património da Câmara é relativamente curto e não dá nem pouco mais ou menos resposta, neste momento, àquilo que são as necessidades, nem de fazer equipamentos sociais novos, ou equipamentos educativos, portanto, temos que ir adquirindo terrenos e é nessa perspetiva que estamos neste momento, adquirir alguns terrenos que vão aparecendo à venda para que se possa depois em sede de PDM, tentar resolver essa situação, evidentemente que a questão da classificação dos solos é das partes mais importantes que tem o PDM e daí poder advir precisamente esta hipótese de resolução, está a ser trabalhado. Dentro de pouco tempo espero que rapidamente se faça alguma reunião com a Comissão de Acompanhamento, bem como com os outros membros da Assembleia Municipal, bem como da Câmara Municipal. Também é uma preocupação que tenho, já está a demorar tempo demais, mas estamos atentos a essa questão dos terrenos para construção. É uma dificuldade, não só para os residentes e moradores no concelho de Albufeira, mas também para os trabalhadores de toda a indústria hoteleira, e não só, os trabalhadores na parte pública, nomeadamente

educação, saúde, forças de segurança, enfim, todos esses que torna-se extremamente difícil e oneroso arrendar casa em Albufeira, daí que é importante que haja, evidentemente, os terrenos para a construção da parte privada, mas também é importante que haja terrenos para construção que seja propriedade do município para poder ser feita construção a preços controlados e rendas acessíveis, muito mais em conta e mais apelativas para que possa vir gente trabalhar para cá. Depois temos a questão que temos setenta fogos em Fontainhas, precisamente a terminar o projeto de especialidades para lançar a empreitada. Tem sido difícil por via de um parecer das Infraestruturas de Portugal, que está a demorar imenso tempo e não está pronto para concurso, mas dentro de pouco tempo a ver se consigo contactar com alguém das Infraestruturas para ver se agiliza o procedimento. Faço lembrar que a questão da parte social e para que não se pense que a Câmara de Albufeira, conforme já foi aqui dito de alguma forma, que não concorre aos fundos, não é verdade. Recordo que a creche da Guia, que é do município mas está a ser explorada pela Santa Casa da Misericórdia, foi reformulada, aumentando para sessenta crianças, salvo erro e inclusivamente foi dito pela própria Ministra, foi a primeira creche do país a ser financiado pelo PRR. O Lar dos Olhos de Água não foi financiado pelo PRR porque nessa altura ainda não havia, foi financiado pelo programa Portugal 20 20, foi financiado por fundos europeus. Sobre a questão da Algar e da Luságua, há que distinguir aqui duas situações fundamentais, a questão do Algarve é uma questão, independentemente de ser privatizado ou não, não é isso que está em causa, porque se não fosse privatizado o problema provavelmente seria o mesmo, ou se calhar ainda pior. O problema surge precisamente porque a Algar não tem motoristas para andar com os camiões para fazer a recolha. A recolha dos resíduos recicláveis, do vidro, papel e as embalagens é da exclusiva responsabilidade da Algar. Daí ter saído aquela nota, no fundo, uma nota informativa daquilo que é, para as pessoas não pensarem que é a Câmara Municipal que tem essa responsabilidade. Não é a Câmara Municipal que tem essa responsabilidade, a Câmara Municipal está em negociações com Algar, estava antes do Verão e vai continuar agora depois do verão, para que, num acordo entre a Câmara e a Algar, a própria Câmara faça também essa recolha, mas é uma coisa completamente à parte da recolha do lixo dos resíduos indiferenciados e da limpeza urbana, portanto, isso é uma concessão, que foi feita à Luságua. E posso dizer, por aquilo que me é dado observar, e eu passo por quase todo o concelho, independentemente de haver um local ou outro, um

ponto crítico ou outro, porque é preciso não esquecermos, tínhamos aqui, como alguém já disse aqui, quinhentas mil pessoas, concentradas num determinado momento deste mês de agosto e se calhar no mês de julho também, não é nada difícil que aconteça um caso ou outro, que possa estar com mais resíduos ou menos resíduos, que seja esquecida até alguma recolha, com responsabilidade da Luságua, mas de uma forma geral, penso que o trabalho feito pela Luságua tem sido bastante razoável. Não estou a dizer que é ótimo, não é, mas é bastante razoável, com possibilidade de evolução e de melhoria e pensamos que isso poderá vir a acontecer. Depois a Mónica falou na Algar, acha que é ridículo, esse termo acho que é um bocado fora de tempo e despropositado, mas acha que é ridículo ter feito uma nota informativa, portanto, isso é a sua opinião, nem tenho comentários, a isso. O Raul Ferreira diz que o PDM está na gaveta, não está na gaveta, está em velocidade lenta, não está na gaveta. Sobre a questão das casas pré-fabricadas, aqui há uns anos, já fizemos uma informação sobre isso, talvez seja de recordar novamente essa mesma informação, se bem que a nível do distrito, todos devem saber que elas não são permitidas, de qualquer das maneiras, todas elas que são identificadas ou que a fiscalização é deteta, é feito um auto de notícia, depois, como sabe, tem que seguir aqueles prazos normais. Vou ver como é que está aquela fiscalização e aqueles atos pós fiscalização, que isso é o importante, para ver se tem alguma saída e alguma consequência, porque acho que é importante que isso aconteça. Relativamente ao deputado Domingos Coelho, falou na questão dos números das estatísticas da Estratégia Local de Habitação referentes a dois mil e onze, pois foi o ano dos sensos, por isso é que está dois mil e onze, foi a fonte com a qual a empresa que elaborou a Estratégia Local de Habitação, foram nesses dados que eles se valeram. Sobre a questão da Sílvia Dias, refere haver nalguns eventos uma entrada simbólica, algum valor, nem sempre é possível fazer essa cobrança, porque o espaço físico não permite e torna-se extremamente difícil que isso aconteça. A estrada que liga desde a Escola de Paderne ao estacionamento, vamos tentar dar um jeito ao estacionamento. Não será de uma forma definitiva, mas de uma forma provisória, aliás, temos em projeto a questão daquela estrada para ser mais alargada, se bem que dentro de pouco tempo, provavelmente vai ser pavimentada nalguns sítios para ser um bocadinho mais fácil a deslocação e o movimento. A questão dos corpos sociais da Algar, posso dizer que sou Presidente do Conselho Fiscal da Algar, embora ser fiscal, como sabem, é um órgão que não tem a ver com a gestão, nada, e daí não tive problemas e alegar e, aliás,



independentemente de Albufeira Prometida ser o primeiro grupo político aqui na Assembleia Municipal ter feito uma proposta nesse sentido ou uma constatação, posso dizer que já nas várias Assembleias Gerais da Algar, frisei isso, inclusivamente na reunião da Amal falei várias vezes sobre isso, aliás, o Algarve está todo queixar-se do mesmo serviço, não é só Albufeira, é uma questão de irmos a outros concelhos e ver o que é que se passa por lá e não olhar só para o nosso, porque o nosso se calhar, eu não quer comparar com ninguém, mas só peço que analisem e vejam e depois falem sobre aquilo que é feito aqui ou não. Portanto, acho que tem sido bastante razoável, há muito a melhorar, é natural e ainda bem que há, porque é sinal que temos dinâmica, porque se houvesse muito pouca gente que produzisse muitos poucos resíduos, se calhar tinha sido muito pior para Albufeira." -----

Presidente da Assembleia: "Só para deixar uma nota à senhora deputada Helena, para dar uma vista de olhos no artigo doze do Regimento e depois falamos lá fora." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Segundo-Secretário para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia: "Relativamente a outra questão, eu gostaria só de informar, que tem a ver com o parecer que foi o junto pelo Presidente de Junta de Freguesia de Ferreiras, Senhor Jorge Carmo, e com o pagamento ou não das senhas de presença aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Quero, referir que ainda não o li, que irei fazer e que, naturalmente, irei tomar uma decisão, e que antes irei falar com os vários grupos parlamentares. É só para dar indicação de que não tomei posição, não li o parecer e, quando o fizer falarei então aos líderes de bancada, eventualmente até exporei a situação à própria Assembleia. -----

Carlos Quintino: "Senhor Presidente, apercebi-me que há uma resposta da Algar em relação ao nosso voto de protesto, desta Assembleia, eu acho de todo pertinente que seja dado conhecimento a esta Assembleia, durante o decorrer desta Assembleia, a resposta, até porque não se trata de uma correspondência qualquer, com o devido respeito a todas as outras correspondências, é a resposta àquilo que daqui saiu em voto de protesto a essa entidade." -----

Presidente da Assembleia: "Eu fiquei com a ideia, lapso meu se calhar, de que tinha sido remetido. Será remetido, mas pode ser lido, não tem problema. Outra questão,



que eu também vou ler rapidamente tem a ver com o pedido de renúncia de mandato de um elemento nosso, e acho que por uma questão de respeito devemos ler aqui o pedido de renúncia de mandato do nosso colega deputado Carlos Vieira." -----

O Segundo-Secretário faz a leitura da correspondência da Algar. (Doc. n.º 1 anexo a esta ata) -----

Helena Simões: "Gostaria só de solicitar que o dito parecer junto pelo Presidente Jorge do Carmo, se não me falha a memória em relação à questão das senhas de presença, fosse enviado para os deputados todos. Esta era a primeira questão, a segunda questão, isto é um diferendo que já existe há muitos anos e que, de alguma forma, pelo menos no mandato anterior, foi-me levado a crer que havia uma ação judicial em curso e que se iria esperar pelo desfecho dessa ação judicial em curso. Alterou alguma coisa com a chegada desse parecer, já há alguma decisão do Tribunal?"

Presidente da Assembleia: "Senhora deputada, de facto, a razão pela qual não tomei qualquer posição entretanto, é porque a ação estava a decorrer e a ação terminou, e tendo em consideração que terminou, veio agora este parecer e no âmbito deste parecer, irei ler, irei analisar e tomar efetivamente uma decisão." -----

Carla Vieira: "Efetivamente eu não sei se eu, e a minha colega de bancada Mónica seremos seletivas, mas a verdade é que nós recebemos a resposta da Algar no dia dez de agosto, portanto, presumo que todos tenham recebido. É verdade que, aliás, eu não depreendi isso da interpelação do deputado Carlos Quintino, se foi uma interpelação no sentido de que fosse lido para atenção, uma coisa é de interesse municipal que o público saiba qual foi a resposta, outra coisa é vir aqui dizer que nenhum de nós recebeu porque todos recebemos efetivamente. Há que repor a verdade, é diferente, desculpe mas é diferente. Todos recebemos a resposta da Algar, efetivamente pode ser de interesse de todos os municípios que há dificuldades na recolha do lixo." -----

Presidente da Assembleia: "Eu, de facto, fiquei com a ideia de dar indicação de enviar esse documento para os senhores deputados, pode não ter chegado, pode ter havido aqui algum lapso, mas, naturalmente, a nossa colega Isabel irá fazer o favor de remeter esse documento, bem como os documentos que solicitaram agora, desde o parecer até à sentença que tem a ver com a questão do pagamento dos Presidentes de Junta de Freguesia." -----

Carlos Quintino: "A senhora deputada que me antecedeu, deve andar desatenta, porque eu não disse que não recebi, o que eu disse é que achava que era de interesse desta



casa, já que não era uma correspondência qualquer, com o devido respeito às outras correspondências, tivéssemos conhecimento daquilo que lá vinha expresso.” -----

Luna Silva: “Eu também considero que devo estar confusa, mas nada melhor do que a prova documental e, de facto, está aqui o email datado de dez de agosto de dois mil e vinte e três, onde foi enviada a resposta do voto protesto a todos os deputados desta Assembleia e sim, o senhor deputado Carlos Quintino referiu que não recebeu esta resposta do voto de protesto e foi daí que solicitou que fosse lido em voz alta, se assim tiver que ser então a Mesa terá que ler toda a correspondência, correto?” -----

Domingos Coelho: “Só para referir que é a primeira vez que usamos esta figura regimental e a questão é esta, um deputado, na minha opinião, só deve levantar-se depois do Presidente lhe dar a palavra e já assistimos aqui a deputados que já vieram aqui até ao púlpito e ainda não tinham autorização para falar e depois arranjaram um minuto não sei onde. Eu acho é que tem que haver alguma disciplina, alguma autoridade, porque o Presidente é que dá a palavra, e tira a palavra e não é a pessoa que se levanta e começa a falar. Ou isto entra, diríamos numa normalidade, uma civilidade, ou então cada um levanta-se e fala quando quer.” -----

O Presidente da Assembleia faz a leitura da renúncia de mandatos apresentada do membro Carlos Emanuel Rafael Vieira. (Doc. n.º 2 anexo a esta ata) -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação e deliberação das atas de 23-06-2023 e 10-07-2023; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Helena Simões: “Tal como já tive oportunidade de referir há bocado, porque o Senhor Presidente fez menção de que eu falto muito mais vezes do que o próprio, eu já tenho vindo a pedir nos e-mails que envio de justificação da minha ausência, normalmente justifico o motivo pelo qual faltarei e peço sempre que a minha falta seja considerada justificada. Diz a lei que essa obrigação que eu tenho de pedir a justificação da minha falta é dirigida à Mesa, de acordo com o número dois do artigo vinte e nove, que o tenho feito sempre, pelo menos neste momento já me acusam receção do e-mail, mas não me acusam a boa justificação, ou se é considerada válida a justificação. É



obrigação do Presidente, na eventualidade de haver faltas não justificadas, passar a informação ao Ministério Público, tal como a alínea i) do número um do artigo trinta da lei habilitante. Dito isto, eu gostaria que doravante, pelo menos nas faltas que a mim me concerne, e uma vez que eu justifico-as sempre antecipadamente, ou mesmo existem uns dias de lei para justificar, que as mesmas constem em ata que foram devidamente justificadas, se quiser, inclusivamente, incluir os motivos, estejam à vontade, porque não tenho qualquer tipo de problema ou pudor em dizer porque é que faltei, mas gostaria que passasse a constar em ata se faz favor." -----

Presidente da Assembleia: "Só para dar esta indicação, não é regra ou não era regra e a senhora deputada está cá há várias sessões e sabe que não se procedia à justificação formal em como não comunicávamos essa justificação. A seu pedido, naturalmente, será feita, mas até agora também dou indicação de que nenhuma falta foi comunicada ao Ministério Público relativamente a esta matéria, por duas razões, primeiro porque, não havia motivo para o efeito e porque, em segundo lugar, nós acreditamos naquilo que os membros da Assembleia Municipal nos comunicam, não pedimos qualquer tipo de documento ou comprovativo e, acreditamos na palavra dos senhores membros da Assembleia Municipal e assim tem sido ao longo dos anos, pelo menos dos vinte e tantos anos que aqui tenho estado, naturalmente, que a partir de agora será comunicada a justificação da falta." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou as atas a votação. -----

VOTAÇÃO DA ATA DE 23-06-2023: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, André Lima, Carlos Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A ata foi aprovada por maioria dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Helena Simões, José Vila-Nova, Carla Madeira e Carlos Gabriel pelo que não votaram. -----

VOTAÇÃO DA ATA DE 10-07-2023: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e um (21) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A ata foi aprovada por maioria dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Margarida Guilherme, André Lima e Carlos Gabriel, pelo que não votaram. -----

PONTO DOIS

Tomada de conhecimento dos Apoios concedidos às Juntas de Freguesia do concelho; -
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO TRÊS

Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e um substituto, também Presidente de Junta de Freguesia, em representação de todas as freguesias deste Município, para a participação no XXVI Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses;
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Foram apresentadas duas propostas: -----

Proposta A - PSD/CDS - no sentido de eleger a Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Indaleta Cabrita. (Doc. n.º 3 anexo a esta ata) -----

Proposta B - PS - no sentido de eleger o Presidente de Junta de Freguesia de Ferreiras, Jorge Carmo (Doc. n.º 4 anexo a esta ata) -----

Passou-se de seguida à votação, por escrutínio secreto, tendo-se verificado empate na votação. Procedeu-se à segunda votação, por escrutínio secreto, com o seguinte resultado: -----

LISTA A (PSD/CDS) - catorze (14) votos favoráveis; -----



LISTA B (PS) - dez (10) votos favoráveis. -----

Foi aprovada por maioria a LISTA A, apresentada pela bancada do PS.-----

Foi eleita a Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Indaleta Cabrita, em representação de todas as freguesias deste Município, para a participação no XXVI Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. -----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos quatro, cinco e seis e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de transferência de competências para as autarquias e CI-AMAL na área da Educação; ---

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de transferência de competências para as autarquias e CI-AMAL na área da Saúde; -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de transferência de competências para as autarquias e CI-AMAL na área da Ação Social;

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Helena Simões: "Só gostaria de questionar o Senhor Presidente Rolo, se o pacote financeiro é compatível com as competências que ora se estão a transferir?" -----

Presidente da Câmara: "O Governo é que poderá saber, por exemplo, na educação a única transferência que é feita é a questão dos transportes escolares, precisamente porque tem a parte transporte intermunicipal, não só de transportes locais, provavelmente é acompanhado de algum pacote financeiro do Governo para a CI-AMAL. Agora não sei exatamente, com certeza que será equiparado ao serviço que vão prestar." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação. -----

VOTAÇÃO PONTO QUATRO: -----

Votos contra: um (01) André Lima. -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Carlos Gabriel, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira,

Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

André Lima: "Boa noite a todos. O meu voto contra neste ponto é uma posição pessoal enquanto professor, em relação ao caminho de municipalização da educação que tem sido feito. Senhor Presidente, já referiu que, neste caso, especificamente tem a ver com os transportes, o meu voto contra não tem a ver especificamente com esta situação, se bem que abre ali umas portas para mais do que isso, tem a ver com todo este caminho que, aliás, já expressei noutra ocasião nesta casa, inclusive com um pedido ao Senhor Presidente para, no que estiver no seu poder, tudo fazer para limitar o alcance desta municipalização. O que mais me preocupa é o ponto da gestão da colocação do pessoal docente, que vai sendo testado com avanços, com recuos, com testes, com um objetivo final de o tornar mais uma ferramenta descentralizada e parece-me a mim, minha opinião que se tornará mais uma ferramenta ao serviço do caciquismo e do tráfico de influências. Posto isto, o voto contra." -----

VOTAÇÃO PONTO CINCO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Carlos Gabriel, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO PONTO SEIS: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Carlos Gabriel, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à repartição de encargos da proposta de abertura do procedimento e período de candidatura para atribuição de bolsas de estudo do ensino superior para o ano letivo 2023/2024; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "Propõe se que a digníssima Assembleia Municipal delibere atribuir bolsas de estudo a estudantes do ensino superior do município de Albufeira, bem como a renovação das bolsas de estudo atribuídas no ano letivo anterior de grau de licenciatura, na condição de se manterem os requisitos previstos no regulamento e com valor total de duzentos e trinta e quatro mil e quinhentos. Comparando com o ano anterior, houve uma redução no valor da verba, na Assembleia Municipal de catorze de novembro de dois mil e vinte e dois, o valor foi de duzentos e sessenta e quatro mil e quinhentos euros, uma diferença de trinta mil euros, um valor que para aqueles que precisam, faz toda a diferença. De acordo com a proposta, apesar do número de atribuições de bolsas ser igual ao do ano passado, o número de renovações reduziu de setenta e cinco candidaturas para sessenta candidaturas. A minha recomendação cinge-se no seguinte, se o número de renovações de candidaturas reduziu para quinze, não poderia esta câmara ter também alargado número de atribuições para quinze candidaturas? Ainda, no ano passado o prazo para a entrega da candidatura eram vinte dias úteis, sendo que este ano reduziu para quinze dias úteis. Uma vez que isto trata de ser um processo burocrático extenso, ao qual nem sempre é do conhecimento dos nossos munícipes de forma atempada, não teria sido benéfico que o prazo se tivesse mantido nos vinte dias a fim de o concurso de candidaturas se expandir ao maior número de interessados? Obrigada." -----

Presidente da Câmara: "Permita-me uma correção senhora deputada Luna, para dizer que não está aqui a deliberar-se o facto da atribuição das bolsas de estudo, não é isso que se está a deliberar, o que se está a deliberar, é tão só e simplesmente, a repartição de encargos por dois anos económicos. Daí a autorização prévia, que é o termo de acordo com a Lei dos Compromisso, a lei número oito de dois mil e doze de

vinte de fevereiro, no número um do seu artigo sexto. Portanto, é isso que está em causa, a repartição de encargos, tudo o resto que disse tomei boa nota, é legítimo ter essa opinião, mas não é esta a altura que se está a deliberar isso. O que está a deliberar neste momento é apenas e só a repartição de encargos por dois anos económicos. Como sabe, quando qualquer investimento, seja ele de dois mil euros ou de mil euros que seja, se for partido por dois anos económicos, é obrigatório vir à Assembleia Municipal. Por exemplo de mil euros, for quinhentos euros pagos em dezembro e quinhentos euros pagos em janeiro é preciso vir à Assembleia Municipal. Se for trezentos mil euros ou quatrocentos mil euros, se for tudo pago no mesmo ano, já não é. Isto parece uma contradição, mas é a lei." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Carlos Gabriel, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à repartição de encargos do Concurso Público para Fornecimento de iluminação decorativa de Natal, em regime de aluguer 2023-2025, pelo valor base de 297.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: "só queremos solicitar aqui um esclarecimento sobre o valor mencionado e que irá transitar para o ano dois mil e vinte e seis, uma vez que a proposta do concurso é referente a três eventos e foi lá explícito, ou seja, vinte e três, vinte e quatro e

vinte e cinco e é um valor que transita para o ano dois mil e vinte e seis e gostaríamos de saber qual a razão.” -----

Presidente da Câmara: “A razão é muito simples, porque a iluminação de Natal normalmente ocupa dois anos, parte de dois anos económicos, dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e seis, portanto a parte respeitante a dois mil e vinte e seis é essa parte final, assim como também há aqui dois mil e vinte e três, que é uma parte em dois mil e vinte e três e outra parte em dois mil e vinte e quatro, e assim sucessivamente. ”
Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: quatro (04) Raul Ferreira, Margarida Guilherme, André Lima e Carlos Mendes. -----

Votos a favor: vinte (20) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Carlos Gabriel, José Vila-Nova, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à repartição de encargos do Procedimento por Consulta Prévia para Fornecimento Contínuo de Combustíveis Rodoviários, em postos de abastecimento públicos e a granel, em Portugal Continental e remodelação do posto de abastecimento; O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: “De acordo com a informação presente procedimento teve início no mês de março de dois mil e vinte e um e tem a duração de três anos, a análise da execução do procedimento revelou que poderão transitar para o próximo ano de dois mil e vinte e quatro o montante de cento e setenta mil euros e que, apesar da constante variação de preços verificada no mercado dos combustíveis, que implica algum risco inerente à libertação da verba cabimentada no corrente ano de dois mil e vinte e três, outros



projetos essenciais poderão beneficiar da transição desta verba para o próximo ano. Um destes projetos trata de ser o pagamento de portagens com cartão eletrónico do lote um GOP dois mil e vinte barra cinquenta vinte e quatro_ nove, com adjudicatária Petrogal e com a transição para o ano de dois mil e vinte e quatro de dez mil euros. Observando a segunda e última revisão orçamental, esta GOP tem uma dotação de seis mil e setecentos euros, ou seja, acrescentou-se a esta rubrica para o ano de dois mil e vinte e quatro o valor de três mil e trezentos euros, e um aumento de três mil e trezentos euros em portagens, deixe que lhe diga Senhor Presidente, é um valor bastante elevado, pelo que deve ser questionado, o que é que justifica esta introdução de três mil e trezentos euros nesta rubrica?" -----

Presidente da Câmara: "Bom, na realidade, continuamos na mesma, isto é apenas e só o que está aqui em discussão e em deliberação é a repartição de encargos. Tudo bem que estes três mil que afirmou estarem para portagens, isto é apenas uma previsão, se forem gastos são gastos, se não forem gastos, não são gastos. Evidentemente que ninguém vai gastar dinheiro em portagens que não seja de portagens." -----

Luna Silva: "Eu sei que realmente estamos aqui a fazer uma votação de repartição de encargos, mas, a partir do momento em que os deputados recebem documentação envolvente sobre este ponto da ordem do dia, os deputados devem fazer o seu papel de fiscalização e colocar questões na Assembleia. Eu entendo que, a partir do momento em que existe uma previsão no valor de três mil e trezentos euros é porque esta Câmara, de antemão já entende que vai haver um gasto adicional que exige então que seja introduzido este valor. E essa é a questão que eu coloquei, o que é que justificou por esta Câmara prever que era necessário para o ano dois mil e vinte e quatro mais três mil e trezentos euros?" -----

Presidente da Câmara: "São cálculos feitos pelos serviços e são previsões apenas e só, não há aqui cálculos objetivos nem determinísticos daquilo que vai acontecer, não há aqui nenhuma previsão de futuro de uma forma de adivinhar, aqui ninguém adivinha o futuro, mas é uma previsão como outra qualquer. Até podia estar apenas dois mil euros e quando chegasse a altura, tinha de se fazer um reforço se houvesse necessidade disso. Mas como há margem para colocar esses três mil euros, não vejo que tenha por aí grandes problemas sobre isso, porque este dinheiro como já disse, não pode ser gasto de outra forma, senão aquela." -----



Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Luna Silva -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Carlos Gabriel, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO DEZ

Apreciação e discussão do requerimento apresentado pelo Deputado Leonardo Paço; ---
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "Senhor Presidente, uma vez que temos aqui como parte integrante deste ponto da ordem do dia, uma fotografia que pode influenciar aqui a ordem de trabalhos neste ponto, eu gostaria que houvesse uma pronúncia relativamente ao deputado Leonardo Paço a fim de lhe perguntar se realmente a informação que consta nesta fotografia é verdadeira ou não, para então prosseguirmos com este ponto da ordem do Dia." -----

Leonardo Paço: "Boa noite a todos, quero dizer em primeira estância, que acho que tinha fotografias que me favoreciam mais do que aquela, acho que o Senhor Presidente escolheu mal a fotografia, tinha uma com o Presidente Varandas do Sporting Clube de Portugal, que acho que estava mais bonito. De qualquer das maneiras, tenho a dizer que a fotografia é verdadeira, podia ser uma montagem, mas não é nenhuma montagem. Se é só em relação a fotografia, a fotografia é verdadeira. A pergunta é só essa?" -----

Presidente da Assembleia: "A pergunta é se efetivamente, o que consta da fotografia corresponde à realidade, e o que consta da fotografia é que o senhor teria dito que teria assinado a ficha com o Presidente do partido." -----

Leonardo Paço: "Isso até dá vontade de rir." -----



Presidente da Assembleia: "Senhor deputado, desculpe interrompê-lo, mas isto não é nenhuma brincadeira, de facto, estamos a falar de coisas muito sérias. Porque se de facto, corresponde à verdade, isso dá-lhe perda de mandato, é uma situação extremamente complicada. Só para deixar aqui essa informação." -----

Leonardo Paço: "Sei muito bem, primeiro não fui eu que publiquei isto, ponto número um, portanto, se calhar tem que perguntar à pessoa que publicou que julgo que terá sido alguém do Albufeira em Primeiro, eu não fui, também não fui eu que escrevi isto, esta conta de Facebook não é minha há muitos meses, eu tenho uma nova conta no Facebook, toda a gente sabe, pelo menos aqueles que estão aqui e que me acompanham, há muitos meses que sabem que tenho uma nova conta no Facebook. Depois respondendo objetivamente, não sou militante de nenhum partido a não ser do PS. Que acho que ainda tenho as quotas em dia." -----

Luna Silva: "Uma vez que já tenho a resposta à minha pergunta, posso então fazer a minha inscrição. O presente parecer refere no ponto dois das suas conclusões que os deputados não inscritos e face a esta nova qualidade, não devem perder ou serem prejudicados no exercício dos seus direitos e que a distribuição de tempo pelos membros da Assembleia Municipal deve ser equitativa. Ora, a equidade não pode prejudicar, mas também não pode beneficiar, e por proposta e concordância das forças políticas do Chega, Albufeira Prometida, Partido Socialista e Movimento Independente por Albufeira, apresenta-se à mesa a proposta com a seguinte redação para efeitos de libertação e votação e que passo a ler (Doc. n.º 5): *Proposta conjunta, por acordo, vêm os membros da bancada do Partido Socialista, MIPA, Albufeira Prometida e CHEGA propor à consideração desta Assembleia, por entender adequado que os membros não inscritos tenham mais trinta segundos a crescer ao minuto que já dispõem para intervir antes do período da ordem do dia. Tendo presente que as deputadas do Albufeira Prometida dispõem de oito minutos, ficariam com sete minutos e trinta segundos e a deputada única do CHEGA que dispõe de cinco minutos ficaria com quatro minutos e trinta segundos assim, face ao parecer emitido pela ANAM, os membros não inscritos não ficariam prejudicados nos seus direitos, muito pelo contrário, ficariam com o mesmo tempo de intervenção que teriam caso continuassem a fazer parte da bancada do Partido Socialista, eleitos por esse partido e pela lista apresentada, isto é um minuto e trinta segundos. Por fim e perante o exposto, propõe-se alteração do número dois do artigo vinte e três com a epígrafe, Período Antes da Ordem do Dia do*



*Regimento da Assembleia Municipal de Albufeira, que passaria a ter a seguinte redação, ponto dois, o período de sessenta minutos que refere o número anterior será distribuído pelas forças políticas com assento na Assembleia Municipal de Albufeira da seguinte forma, PS doze minutos, PSD/CDS doze minutos, MIPA dez minutos, Albufeira Prometida sete minutos e trinta segundos, CHEGA quatro minutos e trinta segundos, deputados municipais não inscritos um minuto e trinta segundos cada um. Assim permanece nesta casa o princípio da igualdade e da representatividade. Quero ainda referir o seguinte, um parecer jurídico é uma opinião individual e própria de cada um, difere consoante o entendimento de cada jurista ou cada advogado, como se chegou a verificar inclusive no próprio requerimento entregue pelo deputado não inscrito, onde são apresentadas várias teses e entendimentos divergentes, contudo, e porque a Assembleia é soberana prosseguimos com a apresentação da proposta. Ainda, refere o parecer que os deputados não integrados no grupo municipal por que foram eleitos, não podem integrar-se ou constituir outro grupo municipal, incorrendo em perda de mandato. Assim, perdem o mandato os membros do órgão autárquico que, após eleição se inscrevam em partido diverso daquele pelo qual foram apresentados o sufrágio eleitoral. E contra factos não há argumentos. O senhor deputado Leonardo Paço de livre e espontânea vontade, publicou nas redes sociais uma fotografia onde o próprio confirmou que já se teria inscrito como militante do partido Chega. Publicação postada após a sua retirada da militância do Partido Socialista e quando confrontado em sede desta Assembleia sobre a sua veracidade, o mesmo respondeu: "isto até me dá vontade de rir", mas negou que teria, de facto, inscrito como militante do partido CHEGA. E sendo esta fotografia parte integrante do ponto dez da ordem do dia e sendo eu autarca eleita pelo partido CHEGA representante dos militantes do concelho de Albufeira, tenho a obrigação de apresentar a minha pronúncia e de referir, desde já que o censura e renego esta conduta. É lamentável que um deputado eleito por outra força política tenha utilizado o partido CHEGA para se elevar nas redes sociais e é de mau tom que tenha utilizado uma fotografia com Presidente do Partido Doutor André Ventura para tirar aproveitamento mediático nas redes sociais. A sua conduta, senhor deputado, foi desrespeitosa e desonrosa ao meu partido, mais ainda, o senhor deputado desrespeitou os seus eleitores e os meus eleitores." -----
Helena Simões: "Boa noite. Bem, eu gostaria de começar por expressar o quanto incrédula, estou desta casa, de repente, virou, acusa, julga, condena, faz tudo numa*



casa só, sem sequer ser dado o direito de defesa, esta é a primeira questão. A segunda questão, eu fiquei incrédula quando vi o ponto na convocatória, porque o ponto na convocatória diz análise e discussão, e agora, de repente, saca-se da cartola uma proposta conjunta para se alterar um regimento, que foi criada uma comissão para o efeito, enfim, que vem aqui na manga, não me parece se quer no ponto, no ponto em questão, que é análise e discussão, tenha cabimento qualquer proposta e respetiva votação, mas, depois disto eu já vi de tudo. Eu acho fantástico estarem todos aqui a guerrear esta questão, mas eu gostaria de extrair do dito parecer da ANAM algumas questões que eu acho pertinentes que nem todas têm a ver aqui com a pessoa na cadeira quente, que é o Senhor Leonard Paço. Nomeadamente na página três diz, *cada grupo municipal estabelece a sua composição, devendo qualquer alteração na composição ou direção do grupo municipal ser comunicado ao Presidente da Assembleia Municipal*. Bom, eu não sei, a não ser os que vieram e decorreram diretamente da lei, não existe aqui nenhum grupo municipal, não foi informado o Presidente da Assembleia de qualquer composição ou nem tão-pouco foi informada a Assembleia de qualquer alteração. Estamos a falar da Assembleia, do Presidente da Assembleia, porque aqui não estamos a falar das redes sociais. Depois diz mais à frente, porém, *para efeito de fiscalização e controlo da atuação do grupo municipal, designadamente no cumprimento da legalidade, a indicação desta informação pode revelar-se importante, pese embora reitere-se não seja imposta por lei também*, que eu saiba, não houve qualquer tipo de alteração ou pelo menos, não foi informada a Assembleia pelos canais próprios. Dito isto, o ponto dois é efetivamente para a questão em apreço, a mais importante, que é cabal, é inegável que a ANAM, conclui que, eventualmente um minuto poderá ser prejudicial, porque eles dizem que a distribuição do tempo pelos membros da Assembleia deve ser equitativa, lembrando-se que os deputados independentes e aqui a cara colega e deputada Luna, agarrou-se apenas e só à palavra equitativa, mas esqueceu-se do que vem a seguir a vírgula, *lembrando-se que os deputados independentes não devem perder ou serem prejudicados no exercício dos seus direitos, só por exercerem o seu mandato nessa qualidade*. Eu já tentei dizer alguma coisa que o valha e um minuto, não consegui e para mim tanto poderia ser o Leonardo Paço, a Carla Madeira, fosse quem fosse, é indiferente, não tem nada a ver aqui com as pessoas em questão, até porque nem eram da minha cor partidária, por isso não tenho que ter qualquer tipo de solidariedade para com. Dito isto, eu não percebo em que



ponto é que nós estamos a votar o que quer que seja, porque isto era só análise e discussão, no melhor dos casos, propõe-se aqui uma agenda trabalho, para se ver o que é que se vai fazer em relação ao resultado do parecer." -----

Domingos Coelho: "Só para informar que corre um processo disciplinar em que o visado é o deputado Leonardo Paço, no âmbito do Partido Socialista e que esse processo disciplinar está para despacho final." -----

Carla Madeira: "Eu não tenho assim muita coisa a acrescentar, vinha só dizer o seguinte, é lamentável, Facebook para a frente, Facebook para trás, eu tenho aqui um livrinho que é distribuído pela AEDREL, que é o guia prático das Assembleias Municipais, se precisarem de o ler, e ver o que é que se vêm fazer a esta Assembleia, digam que eu empresto. Na página onze, diz lá exatamente tudo o que é que esta Assembleia faz e qual é o propósito dela. Andarmos aqui a discutir fotografias do Leonardo Paço com o Presidente do CHEGA, isto é só ridículo. A deputada Luna, com toda a certeza, terá acesso aos registos e aos pedidos de militância das pessoas, portanto, saberá com certeza, melhor através do partido do que propriamente das redes sociais e ver a veracidade destas situações, isto é só lamentável." -----

Leonardo Paço: "Agora não vou dizer que me dá vontade de rir, senão a deputada Luna fica toda ofendida, mas agora é de chorar depois do que ela disse. Realmente isto não tem ponta por onde se pegue, aliás, eu não sei até que ponto é que não se está aqui a correr numa ilegalidade, estar-se a usar a foto de uma pessoa sem autorização dela, não percebo, e por acaso, se calhar, a deputada Luna até sabe que houve pessoas do partido dela que me fizeram chegar ao pé de mim propostas para eu assinar e que nunca assinei. Estar aqui a fazer um cavalo de batalha, para já não precisava do André ventura para ser mediático nas redes sociais, sou a pessoa que sou, só quero o que é meu, ao contrário de outros que não ganham em eleições, mas ficam com os lugares de quem ganhou, eu custa-me estar a falar em causa própria, sempre tido alguma dificuldade, mas realmente acho que esta Assembleia Municipal e agora se calhar percebo porque o Carlos Pingallete renunciou, já não tem nada a ver com política, isto aqui são ataques pessoais, uns atrás dos outros, chegou até vir aqui o deputado Domingos Coelho, dizer que eu tenho um processo dentro do PS, nunca tive conhecimento de tal, a mim não chegou nada, que eu saiba ainda sou militante do PS, se calhar não teria as quotas em dia, mas se calhar o senhor também não tem, ou se calhar nem é militante do PS, não sei, não faço a mínima ideia. O que acho giro é vir



aqui dizer coisas que não têm rigorosamente nada a ver com o ponto, acho que aqui tenho de dar a razão toda à deputada Helena Palhota, porque o ponto é uma coisa, o que se está aqui a falar é outra completamente diferente que não tem nada a ver, portanto, está-se a falar de fotos, está-se a falar se sou ou não militante. Os senhores têm meios de chegar para saber se sou ou não, têm pessoas do CHEGA aqui na sala, mais do que um até, só um é que é membro da Assembleia, mas há aqui mais, portanto, parece-me que estamos a tornar isto num circo e eu começo a estar um bocado farto de fazer parte deste circo." -----

Luna Silva: "Senhor deputado, isto não é nenhum ataque pessoal, isto vem na sequência de um parecer que, na página número dois refere esta questão da perda de mandato. Foi o senhor deputado que colocou a fotografia nas redes sociais, não fui eu, portanto, o senhor também tem a plena noção das consequências dos seus atos, porque eu levo muito a sério o meu mandato, nós estamos aqui a representar os municípios, não nos estamos a representar a nós próprios, portanto, era importante saber se, de facto, esta informação era verdadeira ou não, o senhor Leonardo disse que não foi você que postou, mas não é o que consta aqui nesta fotografia e eu não entendo porque é que está ofendido de eu querer este esclarecimento, porque eu também não posso admitir que o senhor deputado faça gozo do partido que eu represento, porque o senhor está a desrespeitar o meu partido e os militantes que nele se integram. O senhor foi eleito pelo Partido Socialista, renunciou à militância e uns meses depois pública esta fotografia, o senhor não estava à espera que alguém lhe colocasse a pergunta se realmente isto é verdade ou não? É que eu estou incrédula por você achar que eu é que lhe estou a faltar ao respeito, quando o senhor é que entendeu de livre vontade de publicar esta fotografia, sabia de antemão que iam ser colocadas estas questões." -----

Leonardo Paço: "Não, senhora deputada, não sabia, nem sei, você está a dizer uma panóplia de mentiras e verdades atrás umas das outras, até porque eu continuo a ser militante, já lhe disse três vezes, do PS, você diz que eu renunciei à militância do PS, veja lá bem. Deve ser a sua palavra que é mais valorizada do que a minha. Vou reafirmar, sou militante do PS, não sou militante do CHEGA, tirei uma fotografia com o André Ventura, já tirei com outras pessoas, ainda há bem pouco tempo, entrei até a brincar dizendo que tinha tirado uma com o Presidente Varandas, portanto, não sei se estou a faltar ao respeito aos benfiquistas por ter tirado uma fotografia com o Presidente Varandas." -----



Raul Ferreira: "Acho que o ponto aqui em discussão, o ponto dez não está a ser discutido, estamos a afastarmo-nos do tema e penso que estamos a perder tempo. Existe uma ordem de trabalho que deve ser cumprida. O senhor deputado Leonardo Paço já afirmou que não foi ele que fez a publicação, tomamos isso como verdade, porque acho que devemos confiar na palavra uns dos outros e somos todos aqui pessoas de bem, portanto, devemos direcionar a nossa objetividade para o ponto que está em questão. A deputada Helena levantou aqui uma questão que é a seguinte, parece que não concorda com a votação, com a alteração ao Regimento feita neste ponto dez. Eu sinceramente, se vamos discutir a questão dos tempos que os deputados não inscritos, tanto no caso concreta da Carla Madeira e do Leonardo Paço, que são os deputados que estão aqui em questão, se têm mais tempo ou menos tempo, temos que objetivamente mexer no Regimento, portanto, parece-me ser pertinente a proposta apresentada conjuntamente pelas as forças do PS, MIPA, Albufeira Prometida e também do CHEGA, portanto, eu penso que temos que votar isso e não nos podemos afastar daquilo que é a ordem de trabalho, peço aos meus colegas deputados que se centrem nisso e vamos àquilo que temos que fazer." -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, aquilo que consta do dez da ordem de trabalhos é que efetivamente há uma apreciação e discussão, não fala em deliberação e para que nós possamos deliberar, isso tem de estar incluído também no ponto para que os deputados venham preparados para o efeito. Há outros mecanismos de o fazer, senhor Presidente, saberá melhor do que eu, mas de forma direta, não pode haver votação sobre este ponto, de forma direta, não pode." -----

Leonardo Paço: "Bem, agora tocando mesmo no assunto a fundo, o que me parece que está aqui a ser feito, é distrair as pessoas de uma coisa que foi pedida a vinte e três de janeiro e que houve uma resposta de um parecer dia vinte de fevereiro, e o senhor escondeu este parecer até hoje. Há uns meses atrás já lhe tinha perguntado por este parecer, tinha-me sido informado que ele tinha chegado e a nenhum de nós chegou. Só chegou ao senhor, e eu acho que este também é um ponto importante aqui da questão, porquê tanto tempo para trazer o parecer à Assembleia?" -----

Presidente da Assembleia: "Eu estive à espera da resposta que não chegou por parte do CHEGA, se efetivamente o senhor tinha ou não assinado a ficha do partido, porque, na eventualidade disso acontecer, nem teríamos esta discussão. Como estas coisas



levam o seu tempo, foi o tempo necessário para obter a resposta que, sinceramente, não obtive e, ter avançado com este ponto de ordem de trabalhos." -----

Adriano Ferrão: "Boa noite, eu acho que este ponto dez que está aqui, se há aqui uma discussão que se insere, sobretudo naquilo que depois é o Regimento desta Assembleia, os tempos dados aos deputados, etc., que tal merecia ser um ponto exclusivo para isso, porque estamos aqui a misturar a situação dos senhores dois deputados que estão aqui presentes com, enfim, toda estas posições que tomaram, as posições que são inquiridas e, aquilo que diz respeito realmente aos tempos a que estes deputados merecem ou deverão ter de intervenção na Assembleia, deverá ser um assunto que poderá vir a alterar o Regimento, deverá ser pensado nesse âmbito. De outro modo, nós estamos já há quarenta minutos com este tema, e este tema pouco tem a ver com a cidade e com o município de Albufeira e nós devíamos ter aqui um certo balanço nas importâncias e nas prioridades a dar que eu penso que vão ser extravasadas. " -----

Raul Ferreira: "Bom, vou começar por dizer que, concordo plenamente com a parte final da intervenção do senhor deputado Adriano Ferrão. Efetivamente, estamos a perder tempo demais com este assunto ou não assunto, contudo, gostava de responder à bancada do PSD, no sentido, nós aprendemos depressa, não sei se se recordam da última Assembleia, trouxeram um ponto para a Assembleia que nem sequer estava na ordem de trabalho, nem tinha relação nenhuma, portanto, não vejo qual o espanto de, mediante esta apresentação, deste ponto dez procedermos logo à votação da alteração do Regimento, portanto, acho que nós o que fizemos, foi aprender convosco." -----

Leonardo Paço: "Senhor deputado Raul Ferreira, eu acho que devemos aprender com aquilo que é bem feito, quando nós consideramos que uma coisa está mal feita, não devemos aprender aquilo que é mal feito, na minha modesta opinião, se vocês consideraram na outra vez que tinha sido mal feita, hoje estão a copiar uma coisa que será mal feita, mas pronto, os atos ficam para quem os pratica. O que quero dizer em relação aos tempos que a deputada Luna falou, do minuto e trinta, que tinham os membros do PS, até essas contas estão mal feitas, porque era um minuto e quarenta. Depois, a outra questão foi aquela que eu levantei há bocadinho, se este parecer já veio há sete meses, nós tivemos sete meses a ser prejudicados, vamos aqui até aceitar por bem os trinta segundos que a deputada Luna falou. Como é que vamos ser ressarcidos destes trinta segundos? É que o senhor esteve sete meses à espera que alguém lhe dissesse se eu era militante do CHEGA, perguntava a mim que eu dizia-lhe



no mesmo dia, não precisa de esperar sete meses. Se calhar foi o senhor, que até foi daqueles que mandou algumas pessoas do CHEGA mandarem-me a ficha para fazer militante.” -----

Presidente da Assembleia: “Eu vou propor que se passe à votação e depois dessa votação, se constitua nos termos do artigo cinquenta e quatro, o grupo de trabalho para então fazer a alteração do Regimento.” -----

Helena Simões: “Primeiro que tudo e respondendo, peço desculpa caro colega doutor Raúl, mas respondendo diretamente, se bem se recorda os pontos que têm sido incluídos na ordem de trabalhos, a pedido do PSD tem sido questões urgentes, prementes, nomeadamente segurança e que todos concordamos que face à urgência e proximidade do verão que seria importante incluí-los, aqui estamos a falar de um parecer que chegou em fevereiro e estamos agora seis meses depois a discuti-lo, mas, no entanto, é urgente resolver o problema do Regimento hoje. Segundo, o nosso Regimento já tem na hora atual forma de aceitar ou não moções, propostas, votos, recomendações e o nosso próprio Regimento resolve isso, diz que tem de ser no início da Assembleia, não é agora no fim, daqui a meia hora, começamos inclui pontos e nós pedimos para incluir pontos. E nós não pedimos para agarrar num ponto que lá está, que seja quase como assuntos de interesse geral e agora vamos começar aqui a tomar deliberações no âmbito dos assuntos de interesse geral.” -----

Presidente da Assembleia: “Só para lembrar que na última Assembleia aconteceu exatamente isso. O que aconteceu foi que não foi entregue a moção no início da Assembleia e essa moção só foi entregue já depois do senhor deputado Quintino ter falado nela e depois ter sido devidamente escrita, não foi por isso que a recusámos senhora deputada. Não foi por essa razão que a recusámos, portanto é só para dar a ideia de que não estamos aqui para levantar qualquer tipo de problemas, nem vir com estas questões que são complexas. No entanto, se assim entende e já colocou a questão, tomaremos hoje uma decisão, formaremos o grupo que não deve ser muito difícil e, naturalmente, se alterará o ponto do Regimento, que é necessário relativamente a esta matéria. Só para esclarecer o seguinte, se ler o requerimento em condições, vai verificar que é o senhor deputado que pede a inclusão de um ponto na ordem de trabalhos. Não fomos nós que pusemos esse ponto na ordem de trabalhos, e é o senhor deputado que exige que seja colocado um ponto na ordem de trabalhos, só



não foi colocado exatamente, porque estávamos a aguardar que houvesse uma informação sobre esta matéria." -----

Raul Ferreira: "Senhora deputada Helena Simões, peço desculpa, mas aqui agradeço que me trate só por Raul, posto isto tenho a dizer o seguinte, para mim aqui é uma questão de urgência também, porque existem dois deputados que estão a ser prejudicados nas Assembleias, porque têm menos tempo do que lhes é devido por direito, segundo o parecer e segundo a opinião das demais bancadas, acho que é um assunto que deve ser resolvido, e é tão ou mais importante como os outros assuntos que falou, porque a limpeza da cidade também já era conhecida há muito tempo que era defeituosa e que não corria bem, portanto, isso da urgência é muito relativa." -----

Carla Vieira: "Relativamente a este assunto, é efetivamente complexo, devo recordar e relembrar que esta confusão ao fim ao cabo partiu de dois membros da Assembleia que, se quiseram desvincular-se de uma das bancadas, primeiro. Segunda questão, foi a pedido do senhor deputado Leonardo Paço que fosse pedido este parecer, segunda questão. Tentámos solucionar aqui perante o parecer, solucionar esta questão, dispondo o Albufeira Prometida de trinta segundos do seu tempo para acrescer ao período de tempo de intervenção, por exemplo, do senhor deputado Leonardo Paço, eu lanço aqui o repto neste sentido, eu gostaria de ouvir de forma clara, quer o senhor deputado Leonardo Paço, quer a senhora deputada Carla Madeira se aceitam que seja constituída uma comissão de alteração ao Regimento para que os novos tempos venham a ser considerados e votados numa próxima assembleia, porque se não aceitarem, não vale a pena estarmos aqui a discutir." -----

Uma vez chegada a meia-noite o Presidente da Assembleia colocou a votação a continuação dos trabalhos, que foi aprovado por maioria. -----

Leonardo Paço: "Eu posso responder, por mim aceito, aliás, já estou habituado a que as coisas sejam cozinhadas à sexta-feira, para depois chegar aqui à segunda, é-me indiferente." -----

Carla Vieira: "A minha opinião em relação ao grupo de trabalho, naturalmente que quero ver esta questão resolvida o quanto antes, porque não faz sentido andarmos aqui a protelar esta situação, não quero é que seja resolvido em cima do joelho, como se de uma urgência tal se tratasse e tínhamos um ponto para discutir e de repente vamos alterar o Regimento. Eu vou reler aqui o que diz o parecer da ANAM, que diz a *distribuição do tempo para os membros da Assembleia Municipal deve ser equitativa,*



relembrando que os deputados independentes não devem perder ou serem prejudicados no exercício dos seus direitos, só por exercerem o seu mandato nesta qualidade. Isto não foi confusão nenhuma que nós chamamos, foi uma decisão nossa e estamos num estado democrático, acho que temos direito a isso, de forma que não sou contra, naturalmente, à criação deste grupo de trabalho, exijo é que tenham alguma atenção, de facto, ao ponto dois do parecer da ANAM." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação a criação de um grupo de trabalho para revisão do Regimento. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Carlos Gabriel, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO ONZE

Retificação da Declaração de Utilidade Pública Municipal do Parque Zoomarine; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia: "O parque Zoomarine, infelizmente, já nos pediu, pelo menos dois ou três pareceres, neste caso pedidos de declaração de utilidade pública municipal relativamente às mais variadas áreas. Aconteceu porém que, tinha sido feito um pedido de declaração de utilidade pública referente ao parque fotovoltaico, porém, o Zoomarine chegou à conclusão que, afinal, o precisavam era, de uma declaração de utilidade pública relativamente a todo o parque Zoomarine, que englobe todos os edifícios já construídos neste momento, (para além da declaração que têm de dois mil e sete). Ou seja, existe uma declaração inicial em dois mil e sete e agora vêm pedir uma nova declaração, já abarcando os vários edifícios e toda a área contruída nesta data, pelo que se explica a razão do novo pedido." -----



Carlos Quintino: "Parece-me a mim que o parque Zoomarine é de inegável utilidade, a questão aqui tem a ver com a oportunidade do agendamento, foi invocada urgência por parte do Parque? Eu queria esse pedido de esclarecimento à mesa." -----

Presidente da Assembleia: "A urgência foi invocada pelo senhor Presidente da Câmara que me telefonou na quarta-feira, dizendo da grande urgência que o parque Zoomarine tinha relativamente a esta questão. Demorou um dia ou dois, e eu nos termos do Regimento, uma vez que tenho essa possibilidade de introduzir pontos na ordem de trabalhos que manifestem urgência, fi-lo realmente a pedido do senhor Presidente da Câmara e penso que é também, muito honestamente, para além da questão formal, uma questão que em termos de conteúdo, é inócua, que é mesmo no sentido de resolver um problema, um problema burocrático." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: duas (02) Mónica Coimbra e Carla Vieira. -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Carlos Gabriel, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

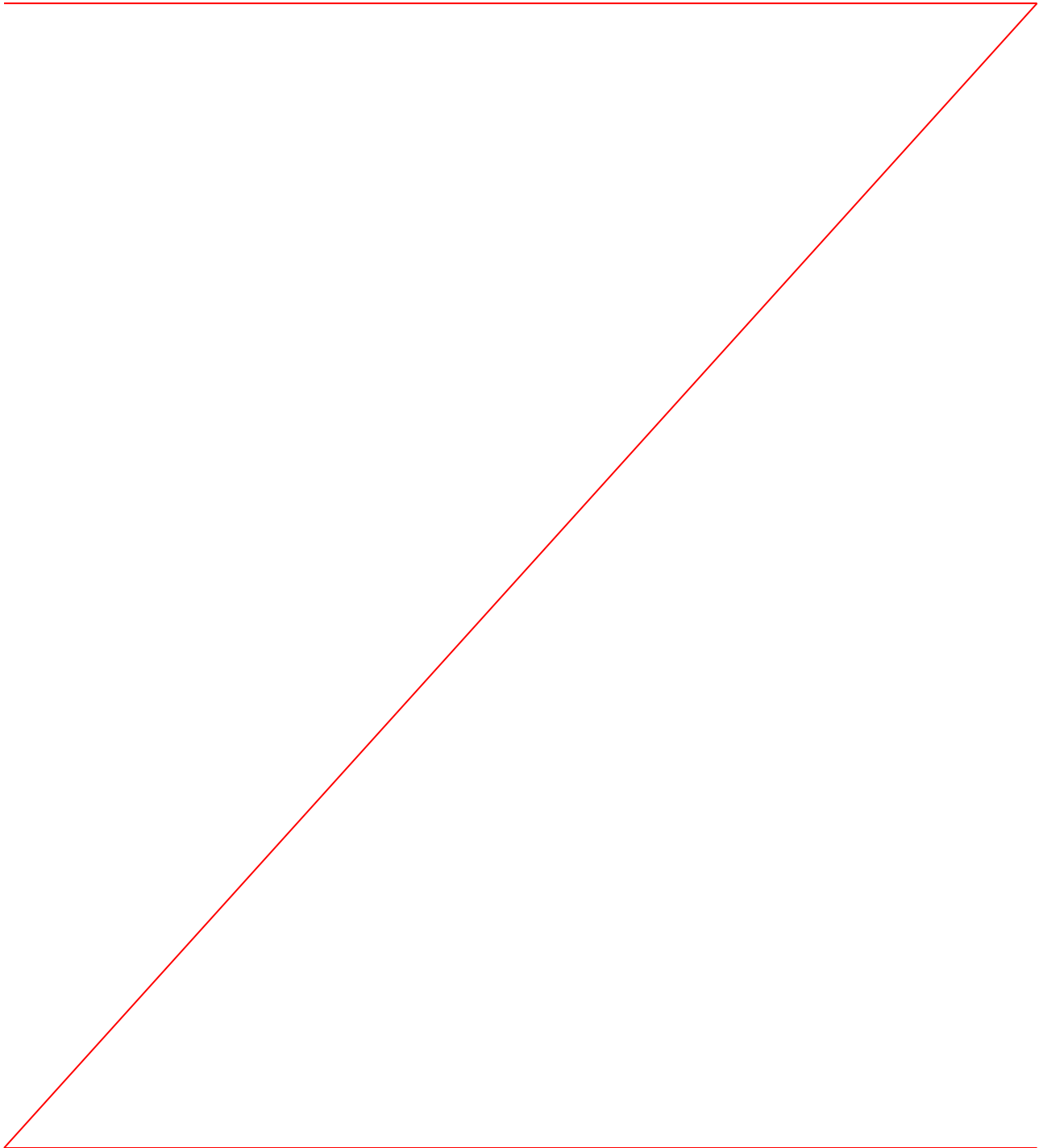
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 00:30 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 4 de setembro de 2023 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO (em substituição) _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____





Doc. n.º 1

De: Gabinete de Gestão de Informação <GGI@algar.com.pt>
Enviado: 31 de julho de 2023 09:01
Para: Assembleia Municipal de Albufeira
Assunto: FW: Voto de Protesto - Mau Desempenho da ALGAR
Anexos: voto protesto.pdf; fotos.pdf

Exmos. Senhores,

No seguimento da vossa correspondência, datada de 11 de julho de 2023, relativamente ao assunto suprarreferido, informamos que os ecopontos, para além do acréscimo normal de material que é depositado pela população nesta altura do ano, por ser um período de maior turismo no Algarve (abril a outubro), também são alvo da deposição excessiva de material proveniente do comércio, que aumenta consideravelmente durante o verão.

Para os estabelecimentos comerciais a Algar tem um serviço disponível, dedicado, público e gratuito – o serviço Algarlinha, cuja adesão é voluntária e que ainda não é utilizado por alguns estabelecimentos. Para consulta de informações sobre este serviço, enviamos o link para o nosso website: <https://www.algar.com.pt/pt/areas-de-negocio/recolha-seletiva/algarlinha-recolha-seletiva-porta-a-porta-pequeno-comercio-e-servicos/>

A comunicação deste serviço junto do comércio tem sido frequente, mas ainda é um desafio a sua utilização por parte deste grupo específico. Com a adesão dos estabelecimentos comerciais a este serviço (que mais uma vez referimos, é uma adesão voluntária), a quantidade colocada nos ecopontos será menor.

Além do referido, acresce informar a dificuldade verificada pelos motoristas na recolha dos equipamentos devido ao estacionamento abusivo junto aos ecopontos, que por vezes inviabiliza o acesso a estes e a recolha atempada dos contentores, situação devidamente reporta à Câmara Municipal de Albufeira.

A Algar tem feito reforço em todos os serviços, no entanto, existe insuficiência de colaboradores no mercado, nomeadamente motoristas, face ao número que seria desejado para garantir as equipas necessárias no período de época alta.

Destaca-se algumas das medidas implementadas:

- Contratação de mão-de-obra temporária para reforço da Atividade de Recolha Seletiva;
- Contratação de equipas de recolha seletiva para o quadro de pessoal;
- Contratação de prestadores de serviços externos, para o reforço da atividade de recolha de ecopontos e dos materiais depositados na envolvente dos equipamentos.

A Algar conta com a colaboração do Município de Albufeira para o controlo e fiscalização da deposição incorreta dos resíduos nos ecopontos, bem como, a sensibilização da população no cumprimento de boas práticas, essenciais à atividade da recolha seletiva, nomeadamente, alertar para impedir o estacionamento indevido junto dos ecopontos, anteriormente referido. Esta parceria tem como principal objetivo melhorar a articulação entre as entidades responsáveis no Município e a Algar, assim como definir metodologias comuns, tanto na limpeza urbana como na recolha de resíduos, através da concertação de esforços, otimização de recursos e integração de contributos.

Estamos disponíveis para qualquer esclarecimento.

Atenciosamente,

De: Assembleia Municipal de Albufeira <assembleia.municipal@cm-albufeira.pt>
Enviada: 11 de julho de 2023 14:43
Para: geral@algar.com.pt; atendimento@linhadareciclagem.pt; 'geral@amal.pt' <geral@amal.pt>; AM Alcoutim



Assembleia Municipal de Albufeira

Carlos Emanuel Rafael Vieira

Cartão de Cidadão n.º: 8406209

Membro da AMA eleito pelo MIPA

RENÚNCIA DE MANDATO

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira,

Venho por este meio renunciar o Mandato pelo qual fui eleito como membro desta Assembleia Municipal.

Sendo que vários fatores contribuíram para esta decisão, difícil de tomar, pedindo desde já, desculpa a todos os eleitores que votaram na lista do MIPA.

Independentemente de fatores pessoais que me levam a esta decisão, a insatisfação pelo funcionamento da Assembleia e Autarquia, nomeadamente a resolução das situações apresentadas, contribuíram para esta decisão. Os problemas, são apresentados, mas os resultados na prática não aparecem. Se verificarmos, as moções das várias bancadas, que foram aprovadas, as démarches solicitadas das mesmas (envio, para comunicação, para diversas instituições), quer por parte da AM quer por parte da Autarquia, na maioria não aconteceram.

As longas Assembleias até de madrugada, mais tem servido para debater problemas técnico-jurídicos com pedidos de pareceres e esclarecimento, defesas de ideologias político-partidárias, mais minutos ou menos minutos de intervenção, interesses pessoais, intervenções só por apetecer intervir, do que a debater Albufeira e os Albufeirenses. São tomadas posições em conferencias de líderes, e depois nas Assembleias os mesmos pontos são votados totalmente diferentes do que acordaram. Isto faz-me muita confusão, as pessoas não terem palavra – dizem que a política é isto!



Quando aceitei esta missão pensei que poderia contribuir para melhorar Albufeira, os que nos visitam, e principalmente a vida dos albufeirenses, mas sinto uma sensação de Missão não cumprida. Mais consegui como cidadão anónimo e em instituições que fiz parte do que na AM. Não tenho qualquer interesse de ascensão política, social ou financeira como membro da AM ou qualquer outro cargo público. O valor que recebo pelas presenças nas Assembleias Municipais, tem sido entregue, em bens, a instituições de Albufeira.

Esta decisão é irreversível com efeitos imediatos. Como sou membro da Assembleia Intermunicipal da AMAL, a renúncia de mandato deverá ser comunicada ao Presidente da Assembleia Intermunicipal no sentido de procederem à minha substituição.

Cordiais cumprimentos,

Carlos Vieira

Assinado por: **CARLOS EMANUEL RAFAEL VIEIRA**
Num. de Identificação: 08406209
Data: 2023.08.31 22:57:03+01'00'
Localização: Albufeira




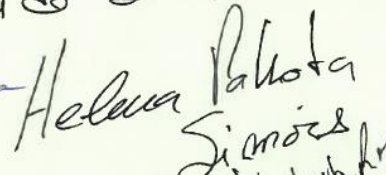
Proposta

(A)

A bancada do PSD/CDU da AM de Albufeira, vem propor a Prof. Inês da Cabrita, presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Ocos do Água, a representar as juntas do município de Albufeira ~~e Ocos do Água~~, no próximo XXVI Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, nos termos do ponto 3, da Ordem de Trabalhos da AM de 4.9.2023.

Albufeira, 4 de Setembro 2023


Carlos João Pereira


Helena Baltar Simões
Presidente da Junta de Freguesia


Paula João Pereira

3



Relativamente ao ponto 3 da Ordem do Dia, o grupo do Partido Socialista propõe o presidente da Junta de freguesia de Ferreiras, Jorge Carmo, para representar as freguesias do concelho, no XXVI Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

Albufeira, 4 de Setembro de 2023

Silvia Dias. 
Jorge Carmo 

1

